



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**POLLYANA OLIVEIRA DE SOUSA FALCÃO**

**A MUNICIPALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO:**  
**o caso do município de Sertãozinho**

**João Pessoa - PB**

**2014**

**POLLYANA OLIVEIRA DE SOUSA FALCÃO**

**A MUNICIPALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO:  
o caso do município de Sertãozinho**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia, da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Wanderleya Farias

**João Pessoa – PB**

**2014**

F178m Falcão, Pollyana Oliveira de Sousa.

A municipalização dos objetivos do milênio: o caso do município de Sertãozinho./ Pollyana Oliveira de Sousa Falcão. – João Pessoa: UFPB, 2014.

85f.: il.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Wanderleya Farias.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – UFPB/CCSA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA**

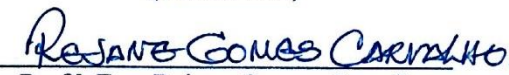
Comunicamos à Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia da aluna Pollyana Oliveira de Sousa Falcão, matrícula 10926058, intitulada "A MUNICIPALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO: o caso do município de Sertãozinho, foi submetida à apreciação da comissão examinadora, composta pelos seguintes professores: Prof<sup>ª</sup>. Dr. Wanderleya dos Santos Farias (orientadora); Prof<sup>ª</sup>. Dr. Rejane Gomes Carvalho (examinadora); Prof<sup>ª</sup>. Ms. Nayana Ruth Manguiera de Figueiredo (examinadora), no dia 13/8/2014, às 9:30 horas, no período letivo de 2014.1.

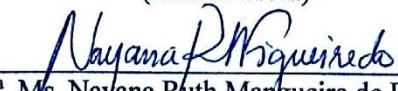
A monografia foi aprovada pela Comissão Examinadora e obteve nota (10,0) DEZ.

Reformulações sugerida: Sim ( ) Não (X)

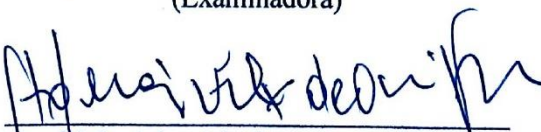
Atenciosamente,

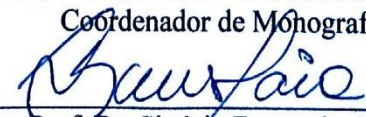
  
Prof.<sup>a</sup>. Dra. Wanderleya dos Santos Farias  
(Orientadora)

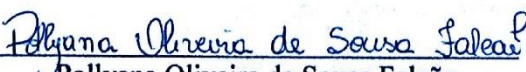
  
Prof.<sup>a</sup>. Dra. Rejane Gomes Carvalho  
(Examinadora)

  
Prof.<sup>a</sup>. Ms. Nayana Ruth Manguiera de Figueiredo  
(Examinadora)

Cientes,

  
Prof. Ms. Ademário Félix de Araújo Filho  
Coordenador de Monografia

  
Prof. Dr. Sinézio Fernandes Maia  
Chefe do Departamento de Economia

  
Pollyana Oliveira de Sousa Falcão  
Aluna

*Dedico este Trabalho a minha mãe, avós, parentes e amigos por todo o empenho, dedicação e apoio em cada momento de minha vida. Em especial a minha orientadora.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

À minha mãe, Poliany, que, mesmo diante das dificuldades, não mediu esforços para que pudesse conduzir meus estudos. Pelos ensinamentos, sólida formação e amor incondicional.

Às minhas avós, Clotildes e Aparecida, que foram assim como minha mãe a minha base de sustentação e apoio em todos os momentos da minha vida. E aos meus parentes que sempre me incentivaram na minha formação acadêmica.

A meu primo, Eduardo Lucas, pelo apoio e conselhos.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Wanderleya dos Santos Farias, por me fazer atentar para temas relevantes, contribuindo para a minha formação acadêmica. Pela paciência, pelas valiosas correções no trabalho e pela compreensão silenciosa das minhas limitações e dificuldades.

A todos os integrantes do projeto “Diagnóstico Socioeconômico dos Pequenos Municípios Paraibanos”, em especial as professoras Rejane Gomes Carvalho e Nayana Ruth Manguiera de Figueiredo que, juntamente com minha orientadora, despertaram o meu interesse para a questão do desenvolvimento local de Sertãozinho. Assim como, aos amigos que fiz dentro deste projeto e que me auxiliaram direta e indiretamente para a construção deste trabalho.

Aos professores do curso de Graduação em Economia, pelos quais nutro grande admiração. Faço especial menção ao professor Sinézio Fernandes Maia, pelo apoio no momento oportuno.

A minha chefe, Diana Lira, que me apoiou nos momentos em que precisava para a construção deste trabalho.

A todos os meus amigos, em especial Enyenne Chayenne e Mírian Nascimento, pelo apoio, conselhos e compreensão, bem como aqueles que dividiram comigo sua convivência diária.

*“O desenvolvimento, na realidade, diz respeito às metas da vida. Desenvolver para criar um mundo melhor, que responda às aspirações do homem e amplie os horizontes de expectativas. Só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve”.  
(Celso Furtado).*

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sertãozinho: População residente por sexo e grupo de idade – 2010.	49
Gráfico 2 – Sertãozinho: População residente por situação de domicílio – 2000 e 2010 .....	50
Gráfico 3 – Sertãozinho: Taxa de analfabetismo de 2000 a 2010 (em %). ....	51
Gráfico 4 – Sertãozinho: Proporção de pessoas com baixa renda em 2000 e 2010 (em %). ....	52
Gráfico 5 – Sertãozinho: PIB municipal dentro da RGA em 2010 (valor adicionado em mil reais) .....	53
Gráfico 6 – Sertãozinho: Participação dos setores econômicos no VA do PIB em 2010 .....	54
Gráfico 7 – Sertãozinho: População Economicamente Ativa em 2000 e 2010 (Nº pessoas) .....	55
Gráfico 8 – Sertãozinho: Receitas e despesas orçamentárias do município no período 2000 – 2010 (ano base: 2010) .....	56
Gráfico 9 – Sertãozinho: Despesas por função no ano 2000 em R\$ (ano base: 2010) .....	58
Gráfico 10 – Sertãozinho: Despesas por função no ano 2010 em R\$ (ano base: 2010) .....	59
Gráfico 11 – Microrregião de Guarabira – índice de Educação 2010 .....	62
Gráfico 12 – Microrregião de Guarabira – índice de Emprego e Renda 2010 .....	63
Gráfico 13 – Microrregião de Guarabira – IFDM – índice de saúde 2010 .....	64
Gráfico 14 – Microrregião de Guarabira – IFDM – 2010 .....	65
Gráfico 15 – Microrregião de Guarabira – IFGF – 2010 .....	66
Gráfico 16 – Sertãozinho: Percentual de alcance das metas – 2014 .....	67
Gráfico 17 – Sertãozinho: Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – 2000/2010 .....	68
Gráfico 18 – Sertãozinho: Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população – 1991/2000/2010 .....	69



Gráficos 19 – Sertãozinho: Taxa de frequência líquida no ensino fundamental e médio – 2000/2010 .....	70
Gráfico 20 – Sertãozinho: Taxa de conclusão no ensino fundamental e médio – 2000/2010 .....	71
Gráfico 21 – Sertãozinho: Distorção idade-série no ensino fundamental e médio – 2002/2012 .....	72
Gráfico 22 – Sertãozinho: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – 2005/2007/2009/2011 .....	73
Gráfico 23 – Sertãozinho: Percentual da população de 18 a 24 anos, segundo o nível de instrução – 2010 .....	74
Gráfico 24 – Sertãozinho: Percentual de moradores com acesso a microcomputador e internet – 2010 .....	75

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Sertãozinho: Composição da receita tributária no período de 2000 – 2010 em R\$ (ano base: 2010) .....	57
Tabela 2 – Sertãozinho: Transferências constitucionais federais 2000 – 2012 (em R\$ a preços de 2010) .....	60

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do município de Sertãozinho .....	47
Figura 2 – Município de Sertãozinho: Praça Local .....	48
Figura 3 – Município de Sertãozinho: Contato constitucional do Projeto de Extensão do Departamento de Economia à Prefeitura Municipal .....	48
Figura 4 – Município de Sertãozinho: Centro comercial da cidade .....	53
Figura 5 – Município de Sertãozinho: Policlínica Sertãozinhense .....	65
Figura 6 – Município de Sertãozinho: Encontro Institucional com a Prefeita .....	84
Figura 7 – Município de Sertãozinho: Comércio local .....	84
Figura 8 – Município de Sertãozinho: Unidade de Saúde Familiar .....	85

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPE – Fundo de Participação Estadual

FPM – Fundo de Participação Municipal

FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

IFGF – Índice Firjan de Gestão Fiscal

IGP – Índice Geral de Preços

IPEA – Instituto de Pesquisa Economia e Aplicada

IPI – Imposto Sobre Produtos Industriais

IPTU – Imposto

ISS – Imposto Sobre Serviços

IR – Imposto de Renda

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONU – Organização das Nações Unidas

ONU – HABITAT – Programa das Nações Unidas para Habitação

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PBF – Programa Bolsa Família

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PMA – Programa Mundial de Alimentos

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAISM – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa Meio Ambiente

PPC – Paridade Poder de Compra

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RMV – Renda Mensal Vitalícia

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SUS – Sistema Único de Saúde

TCR – Taxa de Coleta de Resíduos

TCU – Tribunal de Contas da União

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## RESUMO

O objetivo central deste trabalho monográfico é discutir a municipalização dos objetivos do desenvolvimento do milênio proposta pela Organização das Nações Unidas, através de um estudo de caso em Sertãozinho, um município do estado paraibano que está localizado na microrregião de Guarabira. Procura-se observar se os oito objetivos do milênio foram alcançados pelo município e toma-se como base a evolução de indicadores sociais, econômicos e das finanças públicas locais no período de 2000 a 2012. As discussões em torno dos novos paradigmas que norteiam a ideia de desenvolvimento ao lado das temáticas da descentralização fiscal e do modelo federativo foram os fundamentos teóricos e históricos que balizaram este estudo. Por sua vez, a leitura de referências bibliográficas, pesquisa de campo realizada na cidade e o tratamento de dados estatísticos serviram de base metodológica. Dentre os principais resultados da análise empírica, constatou-se que uma parcela considerável da população de Sertãozinho era de baixa renda e com pouca instrução educacional, mas que houve uma redução na proporção de pessoas que sofriam de fome e abaixo da linha da miséria na fase estudada. Verificou-se que Sertãozinho conseguiu apresentar bons indicadores de desenvolvimento municipal nas áreas de educação e saúde. Nessas áreas sociais, o município não só conseguiu alcançar as metas do objetivo do milênio como foi destaque na microrregião, ocupando o primeiro lugar. Por outro lado, no que se refere à capacidade do município de gerar emprego e renda, constatou-se dificuldades da gestão municipal em atrair capitais com capacidade de ampliar a base produtiva local.

**Palavras-chave:** Objetivos do Milênio; descentralização fiscal; federalismo; desenvolvimento;

## **ABSTRACT**

The central objective of this monograph is to discuss the municipalization of the millennium development goals proposed by the United Nations from a case study in Sertãozinho, a city in the Paraíba state that is located in the microregion of Guarabira. Looking to see whether the eight millennium goals were achieved by the municipality and used as a basis the evolution of social, economic and local public finance indicators in the period 2000-2012. Discussions around the new paradigms that guide the idea development of the thematic side of fiscal decentralization and federative model were the theoretical and historical foundations that guided this study. In turn, reading references, field research conducted in the city and the treatment of statistical data served as a methodological basis. Among the main results of the empirical analysis, it was found that a considerable portion of the population was Sertãozinho low income and low educational attainment, but that a reduction in the proportion of people suffering from hunger and below the poverty line in phase studied. It was found that Sertãozinho could provide good indicators of municipal development in the areas of education and health. These social areas, the city not only failed to achieve the objectives of the millennium goal as was highlighted in the micro region, occupying the first place. Moreover, with regard to the ability of the municipality to generate employment and income, we found difficulties in attracting capital city management with ability to expand local production base.

**Keywords:** Millennium Development Goals; fiscal decentralization; federalism; development;



## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1 Definição do tema.....	17
1.2 Justificativa.....	19
1.3 Objetivos.....	21
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>23</b>
2.1 Descentralização fiscal e municipalização de políticas públicas.....	23
2.2 Os municípios e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.....	28
2.3 O papel do município na promoção do desenvolvimento.....	36
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>39</b>
3.1 Metodologia e tratamento dos dados.....	39
3.2 Fontes bibliográficas e de dados quantitativos.....	41
<b>4 DESENVOLVIMENTO E GESTÃO PÚBLICA LOCAL: o município de Sertãozinho.....</b>	<b>46</b>
4.1 O perfil político e administrativo municipal.....	46
4.2 Aspectos demográficos e socioeconômicos.....	49
4.3 Finanças públicas locais.....	55
4.4 Sertãozinho e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.....	66
<b>5 Conclusões.....</b>	<b>77</b>
<b>Referências.....</b>	<b>80</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Definição do tema

Um dos aspectos mais evidentes da evolução histórica da economia brasileira é o padrão diferenciado de crescimento de suas regiões. Quando se observa a dinâmica econômica e social dos espaços regionais que compõem o país, o Nordeste aparece como a área do território nacional onde a questão social da pobreza apresenta uma dimensão preocupante e persiste ao longo do tempo. Segundo os indicadores divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, (PNAD) de 2009, uma parcela expressiva da população nordestina ainda sobrevive sem ter acesso a condições satisfatórias de moradia e serviços de educação e saúde de qualidade.

Essa herança de desigualdade social no espaço nordestino tem suas raízes na construção histórica do Brasil que experimentou um ciclo de modernização desde os anos 1950 do século passado, mas não promoveu a melhoria da distribuição de renda entre os grupos sociais mais ricos e os mais pobres. Na fase do Milagre Brasileiro (1967-1973), os avanços tecnológicos que ocorreram na base produtiva do país não foi capaz de reduzir os diferenciais de desempenho entre as regiões. Nesse período, ocorreu o processo de integração produtiva da base de recursos naturais do Nordeste à lógica de acumulação do capital nacional, mas como chama atenção Oliveira (1981) e Guimarães Neto (1989), a modernização ocorrida na indústria e agricultura nordestina a partir dessa fase não contribuiu para atenuar a desagregação do trabalho no campo nem reduziu a pobreza. Apenas alguns estados do Nordeste se alinharam ao funcionamento oligopólico das grandes capitais. As principais atividades econômicas do estado da Paraíba não apresentaram dinamização comparativamente aos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará cujas bases produtivas avançaram com a integração produtiva da região à acumulação capitalista do país.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, a Paraíba é formada por 223 municípios e tinha um contingente populacional de 3.766.528 habitantes em 2010. O nível de rendimento nominal médio mensal de sua população era de R\$ 565,98 no mencionado ano<sup>1</sup>. Quando comparado o Produto Interno Bruto (PIB) dos nove estados que compõem a região Nordeste, nota-se que o desempenho anual do PIB paraibano ficou entre as menores taxas médias da região durante o período de 2000-2010. A participação do PIB paraibano na composição do PIB nacional em 2010 era de apenas 0,8%, o que indica uma certa dificuldade

---

<sup>1</sup> Esses dados foram extraídos em: <http://www.ibge.gov.br>

na dinâmica econômica do estado. O frágil desempenho da economia paraibana se reflete no nível de desenvolvimento de seus pequenos municípios que enfrentam grandes limitações para superar distorções estruturais que persistem até a fase recente.

O presente estudo monográfico procura discutir a municipalização dos objetivos do desenvolvimento do milênio a partir de um estudo de caso na cidade de Sertãozinho, um pequeno município da Paraíba localizado na mesorregião do agreste paraibano e na microrregião de Guarabira. Criado em 1997, quando deixou de pertencer ao município de Duas Estradas, o município de Sertãozinho tinha uma população de 4.395 habitantes em 2010.<sup>2</sup> Sua principal atividade econômica é a de serviços, seguido da agropecuária e de uma pequena participação industrial. No que se reporta ao nível de concentração de renda ou desigualdade, o índice de Gini de Sertãozinho era de 0,4742.<sup>3</sup>

Com base nos indicadores divulgados pelo Portal dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio<sup>4</sup>, Sertãozinho tinha uma taxa de urbanização de 73,15% em 2010. O índice de desenvolvimento humano era de 0,621 naquele ano. O IDH é um indicador elaborado pela Organização das Nações Unidas desde 1993 para mensurar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico.<sup>5</sup> O índice municipal ficou abaixo do IDH para o Brasil no mesmo período que foi de 0,718.

Os critérios para se definir o nível de desenvolvimento de um país ou de uma cidade foram sendo reformulados a partir dos anos 1990, tendo em vista que as nações mais avançadas começaram a notar que o crescimento econômico, por si só, não poderia indicar se um país estava atento a todas as condições que garantiam a qualidade de vida da população, uma vez que existiam questões sociais como: pobreza, fome, mortalidade infantil, limitado acesso à educação e saúde que causavam exclusão social. A partir dessa constatação empírica, os países membros da ONU elaboraram, em 2000, os “Objetivos do Milênio” com a intenção primordial de combater esses aspectos sociais e econômicos.

Em 2000, surge um acordo de âmbito mundial intitulado como Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), promovido pelas Nações Unidas (ONU). No âmbito

---

<sup>2</sup> Conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2010.

<sup>3</sup> O índice de Gini mostra a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de “0 a 1”, onde o zero corresponde a completa igualdade de renda, ou seja, todos têm a mesma renda e 1 que seria a situação de completa desigualdade, isto é, uma só pessoa deteria toda riqueza, e as demais nada teriam.

<sup>4</sup> Ver: <http://www.portalodm.com.br/relatorios>

<sup>5</sup> O IDH varia de 0 a 1, são considerados de baixo desenvolvimento os países que atingem menos de 0,499 pontos, de médio desenvolvimento os que apresentam notas de 0,500 até 0,799, e de alto desenvolvimento os países que alcançam pontuação superior a 0,800.

desse acordo, foram estabelecidas metas para serem alcançadas até 2015 a fim de erradicar oito problemas sociais. Os oito objetivos do milênio são:

- Acabar com a fome e a miséria;
- Garantir educação básica de qualidade para todos;
- Igualdade entre sexos e a valorização da mulher;
- Reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes;
- Combater a AIDS, malária e outras doenças;
- Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- Fazer com que todos trabalhem em prol do desenvolvimento.

O Brasil aderiu aos objetivos do ODM e os municípios passaram a ter um destaque relevante a fim de que essas medidas fossem alcançadas por meio de políticas públicas mais eficazes em busca de uma melhor qualidade de vida populacional. Contudo, quando se analisa o contexto econômico e social do estado paraibano e mais precisamente seus municípios, percebe-se que alguns destes encontram-se com dificuldades para promover tais mudanças. Diante disto, a justificativa para este estudo monográfico está em apresentar uma discussão acerca dos desafios e dilemas que estes municípios enfrentam para atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio, tendo como foco o estudo de caso do município de Sertãozinho.

## **1.2 Justificativa**

O debate sobre o desenvolvimento surgiu antes da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), contudo esta temática só ganhou destaque na década de 1990 quando alguns estudos procuravam esclarecer a divergência entre crescimento e desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico corresponde há uma melhoria nas condições de vida da sociedade por meio de políticas e ações econômicas em diversos setores a fim de minimizar as disparidades provocadas pela lógica de funcionamento dos mercados.

A ONU, em meados dos anos 1990, começou a discutir os percalços que os países tanto desenvolvidos como os emergentes enfrentavam no tocante às questões distributivas, incidência da pobreza e aos desajustes no mercado de trabalho. Adquire, assim, projeção mundial a preocupação com os indicadores sociais. Algumas políticas públicas foram implementadas para trazer soluções a tais problemas a partir da criação dos Objetivos do Milênio (ODM).

Na perspectiva de Stiglitz (1998), as recomendações de políticas macroeconômicas que foram sugeridas aos países emergentes pelo Consenso de Washington nos anos noventa não contemplaram dimensões importantes do desenvolvimento. A defesa da liberalização comercial e financeira, do ajuste fiscal e monetário, da privatização de empresas públicas e da redução da intervenção do Estado na economia foram as proposições centrais que sustentaram o discurso do referido consenso. O autor demonstra que a estratégia neoliberal produziu alguns malefícios sociais na medida em que alguns países que se alinham ao Consenso de Washington apresentavam crescimento econômico, mas houve ampliação da pobreza.

A estratégia de desenvolvimento proposta por Stiglitz (1998) constitui uma alternativa aos pressupostos defendidos pelos organismos multilaterais e pelo Banco Central americano. Para o autor, o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo que concorre para a transformação da sociedade. Essa mudança deve ocorrer não só nas formas tradicionais de produção como também na maneira do Estado intervir para corrigir distorções em áreas sociais como educação, saúde, entre outros. Nesse aspecto, o papel catalizador do Estado na formulação de políticas públicas é vista pelo autor como essencial para estimular o capital social e a ampliação de oportunidades de trabalho.

A nova estratégia de desenvolvimento tem como objetivo central o desenvolvimento, a transformação da sociedade. A estratégia reconhece que o aumento do PIB per capita é parte integrante do desenvolvimento bem sucedido. Isto, no entanto, é apenas parte de um todo, e só será alcançado se o país adotar um enfoque mais amplo para o desenvolvimento. Caso seja bem sucedida, a nova estratégia de desenvolvimento não apenas aumentará o PIB per capita, como também os padrões de vida, evidenciados por melhores padrões de saúde e alfabetização. A nova estratégia de desenvolvimento reduzirá a pobreza – nosso objetivo deveria ser a sua eliminação, uma meta que as economias mais avançadas já atingiram (ao menos quando medida pelo padrão de pobreza absoluta). A nova estratégia de desenvolvimento será sustentável, fortalecendo o meio ambiente e assegurando transformações sociais reais. (STIGLITZ, 1998, p.9)

Por outro lado, o conceito de desenvolvimento, como destaca Sen (2000), envolve a ideia de expansão das capacidades individuais. Para o autor, o processo econômico deve contribuir para atenuar as desigualdades preexistentes em um determinado local, promovendo não a expansão dos indicadores econômicos mas também, melhoria no tocante a qualidade de vida da população. Stiglitz (1998), a economia serve para que garanta por meio de estratégias

de desenvolvimento educação e saúde mais avançadas em prol de atingir melhores padrões sociais.

No Brasil, a questão de desenvolvimento a nível local adquiriu mais expressividade a partir da descentralização fiscal promovida pela Constituição de 1988. Estados e municípios passaram a ter maior autonomia na execução de políticas públicas voltadas para a área social e para a geração de emprego e renda. A Carta Magna de 1988 atribuiu novas competências para as esferas subnacionais e projetou os municípios para um lugar de destaque no que se refere à provisão de serviços públicos e o manejo de políticas sociais. A Constituição de 88, também chamada de Constituição Cidadã, não só promoveu um novo modo na condução da gestão das políticas públicas entre a União, estados e municípios, mas procurou ampliar os direitos políticos, sociais e civis, em que se destacam; a igualdade de gênero, sexo, raça e cor; educação básica para todos; segurança; direito a saúde e habitação e, uma transparência no tocante as contas públicas federais, estaduais e municipais a fim de um maior controle dos cofres públicos.

Diante da importância que a temática do desenvolvimento apresenta em torno não só do contexto global, mas no âmbito local, este estudo monográfico procura responder a seguinte questão: A evolução das condições sociais e econômicas do município de Sertãozinho no período de 2000 a 2010, conseguiu atingir as metas de municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio?

### **1.3 Objetivos**

#### **Objetivo Geral**

- ✓ Observar se a evolução de alguns indicadores sociais e econômicos do município de Sertãozinho, entre os anos 2000 e 2012, alcançaram as metas de municipalização dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio definidas pela Organização das Nações Unidas.

#### **Objetivos específicos**

- ✓ Analisar os indicadores de desenvolvimento municipal de Sertãozinho nas áreas de educação, saúde, emprego e renda e comparar com os índices da microrregião de Guarabira e da Paraíba.

- ✓ Examinar a evolução das finanças públicas locais e o comprometimento da gestão fiscal em atender os objetivos do desenvolvimento do milênio.

Para o desenvolvimento da pesquisa que norteou o estudo proposto, procurou-se estruturar os capítulos da seguinte forma: o primeiro capítulo constitui a introdução, apresentada nesse momento do texto, onde são expostos a definição do tema, a justificativa do estudo e os seus objetivos geral e específicos. O segundo capítulo discute os aspectos teóricos em torno do papel do município no âmbito da descentralização fiscal e das questões relacionadas à promoção do desenvolvimento local. O terceiro capítulo refere-se à metodologia que serviu de base para a pesquisa empírica que foi realizada na cidade de Sertãozinho bem como a que foi utilizada para a coleta e tratamento dos indicadores sociais e econômicos. O quarto capítulo reporta-se à análise dos resultados da pesquisa. Em seguida, apresentam-se as considerações finais e as referências.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Descentralização fiscal e municipalização de políticas públicas**

Com o processo de redemocratização e a queda do regime militar no início dos anos 1980 houve uma mudança no modelo federativo brasileiro que passou de um modelo de governo centralizado para uma participação direta da população por meio do voto, passando de um estado centralizador e ditatorial para um regime federativo onde a União, os estados e os municípios passaram a atuar de maneira compartilhada na condução de algumas políticas públicas.

Diante do cenário socioeconômico que o Brasil vinha passando com o fim do regime militar, o país apoiou-se no Consenso de Washington (1990) para equilibrar os preços por meio de políticas de estabilização econômica. Contudo, este consenso levava em consideração uma política com bases no livre comércio e nas privatizações sem levar em conta que a necessidade maior era uma reformulação das instituições financeiras para que assim fosse almejado a estabilidade econômica.

Visto que, o caminho para o desenvolvimento sustentável não está apenas em uma liberalização comercial sem a presença do Estado, é pertinente que o governo tanto a nível federal como local promovam políticas voltada para o desenvolvimento pois, este serve para estimular a regulação do mercado financeiro de modo a coordenar políticas.

A Constituição Federal de 1988 garantiu mais autonomia aos municípios brasileiros, por meio da escolha direta de seus governantes e da criação de sua própria lei orgânica, ampliando assim, a competência destes no tocante as políticas urbanas consideradas importantes como a título de exemplo: transportes públicos.

Com isso, a economia brasileira inicia os anos 1990 com um foco maior na atuação dos municípios. Estes passaram a adotar políticas voltadas para as questões de: saneamento, habitação, educação, assistência social e saúde; que foram os principais focos dessas políticas.

A partir desta descentralização surgiram políticas públicas que visavam suprir as necessidades das áreas ou setores da sociedade que eram vulneráveis. Teixeira (2002) destaca que as políticas públicas podem ser caracterizadas quanto a sua natureza, grau de abrangência de possíveis benefícios e por fim, quanto ao impacto que estas políticas podem causar aos seus beneficiários.

Diante disto, os fundamentos das políticas públicas podem seguir três orientações políticas. A visão liberal que é oposta as questões sociais, pois estas são consequências da



tomada de decisão por cada indivíduo. A visão social democrata que parte da questão do Bem Estar Social que tem como base a utilização de fundos sociais que visem atender as camadas sociais mais carentes de modo a proporcionar o desenvolvimento para estas classes, contudo, este modelo entrou em crise nos anos 70 devido fundamentalmente a ineficiência governamental, avanços tecnológicos, alterações no processo de acumulação, modificações nas relações de trabalho, esgotando-se assim, as possibilidades de atender as demandas populacionais crescentes.

Com a crise do chamado Bem Estar Social o neoliberalismo ganha espaço utilizando-se de um ajuste na estrutura das políticas públicas buscando assim, uma redução dos gastos governamentais, uma maior estabilização financeira da economia e uma política social emergencial e seletiva.

Para Teixeira (2002), ocorreu uma nova redistribuição de repasses do governo federal para que os estados e municípios atuassem visando uma diminuição dos problemas encontrados nestas áreas. Contudo, foi observado que existiam além desses dilemas problemas regionais que dificultavam a implementação de maneira eficiente destas políticas, pois haviam regiões, como por exemplo o Sul e o Nordeste que, possuíam além de gargalos no contexto social. Logo, via-se certas dificuldades em se implementar políticas que fossem totalmente eficientes em todos os locais do país, pois para determinados locais os custos de colocar em prática essas estratégias políticas eram superiores as receitas.

Arretche (1999) ressalta que, para que as estratégias de políticas sociais obtivessem sucesso era necessário que existissem incentivos no tocante a redução e minimização dos custos financeiros para que se alavancassem as receitas ou se transferissem recursos para que assim, fossem inseridas políticas públicas, principalmente em municípios considerados “pobres” em que a necessidade de captar recursos de outras instituições é ainda maior em áreas voltadas para a saúde e educação infantil, que são garantidas por meio da universalização constitucional que devem ser de qualidade e com uma certa quantidade.

Vale ressaltar que os rumos da descentralização não estão ligados apenas às variáveis como participação social, capacidade fiscal dos municípios e em seu nível de riqueza econômico, mas também, na capacidade dos gestores públicos de influenciar o processo de transferência de atribuições e de arrecadação fiscal compatíveis com as estratégias de desenvolvimento local.

De modo geral, os municípios brasileiros possuem baixa arrecadação própria que acarreta uma dependência econômica e fiscal das instâncias estaduais e federais.

Compreende-se como Federalismo uma partilha de decisões entre mais de um nível governamental. O modelo federativo é utilizado devido há duas razões: a primeira se dá quando ocorre muitas diferenças entre as regiões de um determinado país; a segunda é quando há uma ação política a fim de conservar unidades independentes e unidas em um mesmo território.

Instaurado em 1787, nos Estados Unidos, o modelo de federalismo moderno, que tinha não só como objetivo manter uma hierarquia entre os Estados e o Governo, mas também em manter as relações de “independência”. Esse modelo foi garantido através de um pacto territorial e político por meio da Constituição e de mecanismos que servem para manter o controle de coordenação entre os níveis de governo e de controle mútuo.

Baseado na experiência dos EUA, o Brasil adotou o modelo federativo, contudo o caso brasileiro difere-se do norte americano pois não partiu de um pacto entre as unidades, mas de um processo de descentralização de poder entre a União e os Estados; motivo este originário de quase 70 anos de um regime centralizador. Mesmo com essa diferença no modo a qual o Federalismo foi implantado, há uma convergência quanto a estrutura institucional: Constituição Federal, Tribunal Superior e o Senado Federal.

Abrucio e Couto (1996) considera outro fator quanto ao caso brasileiro que difere da implementação norte americana. Segundo o autor, houve um federalismo do poder executivo estadual pois, este desempenhava poder através de uma atividade oligárquica e política que resultava em governadores que tornavam-se fortes líderes nacionais. Fato este que se seguiu nas demais esferas de governo por meio de fraudes, clientelismo e do voto de cabresto, resultado este de uma inexistência de órgãos que fiscalizassem. Esse processo se encerra com a quebra da República do Café com Leite conduzindo Vargas ao poder em 1930.

Houve mudanças nas relações federativas no governo Vargas (1930-1945) que resultou em uma maior centralização do poder federal, com processos de intervenção governamental nas áreas sociais e econômicas, culminando no modelo nacional-desenvolvimentista.

O federalismo centralizado no governo Vargas findou com as novas regras impostas pela Constituição de 1946, que promoveu um retorno ao sistema federativo baseado no espaço territorial e político, mas com um novo destaque as regiões que possuíam menor desenvolvimento através de repasses das receitas dos órgãos federais. Logo, tem-se uma visão de federalismo mais igualitário ou que pelo menos tentasse atingir este objetivo.

No período compreendido entre 1945-1964, o federalismo brasileiro passa por novas conturbações provocadas por um forte cenário político e econômico de instabilidades. Culminando em um golpe militar ao Estado brasileiro que perdurou 21 anos, causando grandes impactos a federação. Estes impactos decorreram de uma forte centralização do poder e uma

forte opressão a sociedade aumentando assim, a soberania da União frente aos Estados e Municípios e enfraquecendo por conseguinte o Congresso Nacional sobre o orçamento.

A fase de crise do modelo federalista só teve fim quando houve o processo de eleições acompanhado de uma maior busca popular pela democracia, culminando no processo de redemocratização. Este processo de redemocratização garantiu uma maior participação dos municípios e de políticos que em sua maioria de esquerda não tinham tanta notoriedade.<sup>6</sup>

Segundo Abrucio e Franzese (2013), essa busca pelos novos ideais de democracia foram assegurados pela Constituição de 1988 que tornou a nação brasileira um caso especial de ente federado, considerando três unidades de governo: a União, os Estados e os Municípios. Garantindo assim, um maior grau de liberdade aos municípios quanto a sua capacidade política, financeira e administrativa, seguida de atribuições e recursos descentralizados.

Diante desta situação econômica que estava totalmente entrelaçada as questões de cunho social e político, a Constituição de 1988, em seus artigos 145 a 162, incorporam a questão do Pacto Federal que tem por finalidade a busca da autonomia dos Estados e Municípios frente a União. Logo, o objetivo deste pacto é o compartilhamento das receitas referentes a arrecadação de tributos federais com os estados e municípios de modo que as esferas de cunho estadual e municipal possam adquirir a autonomia local e capacidade administrativa mas, sem descumprir com a hierarquia existente em uma unidade federativa.<sup>7</sup>

Para os autores citados, a Constituição que rege o Pacto Federativo tem como principal objetivo estabelecer as devidas competências as quais a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios possuem sobre a arrecadação de impostos e da repartição das receitas tributárias, promovendo assim, uma descentralização econômica e consequentemente política.

Vale salientar que a questão da descentralização dos recursos foi algo que estava sendo realizado desde o começo dos anos 1980 através das transferências da União pelos fundos de participação, que resultou em uma maior participação municipal na receita nacional entre os anos 1980 e 1995, o que na fase pós Constituição fez resultar em uma criação de municípios através da divisão de pequenos outros municípios.<sup>8</sup>

A crescente busca de um maior valor quanto às transferências fiscais da União acabaram provocando aos Estados e Municípios uma disputa que ficou conhecida como guerra fiscal, resultante de um maior crescimento e surgimento de pequenos municípios que recebiam maiores transferências da União fizeram com que os Estados reduzissem as suas transferências

---

<sup>6</sup> Ver: Abrucio e Franzese (2013, p. 6)

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 7

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 7

provocando uma maior disputa destes últimos para que as empresas se instalassem em áreas de sua competência através de concessões fiscais.<sup>9</sup>

No governo FHC, procurou-se promover o ajuste das transferências intergovernamentais por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que tinha como principal objetivo limitar os gastos públicos a fim de reduzir o endividamento, punindo aqueles que não o cumprissem. Outras medidas adotadas para o cumprimento da redução dos gastos foi a Lei Kandir que tem como objetivo desonerar o ICMS das exportações.

Para atingir o objetivo de combate à pobreza brasileira, o novo pacto federativo procurou ampliar a participação mais ativa dos estados e principalmente dos municípios na promoção de políticas sociais. A década 1990 marcou a busca por políticas nas áreas de educação e saúde a fim de uma maior coordenação federativa, através de repasses das esferas subnacionais de governo por meio de metas e padrões nacionais.

Na área de educação tem-se a instituição do FUNDEF que em 2007 passa a ser FUNDEB, com o intuito de distribuir aos estados e municípios recursos voltados para a educação básica e fundamental a fim de reduzir as deficiências que a sociedade brasileira possuía. Outra importante área que teve destaque foi a de saúde que passou a ser de responsabilidade das três esferas governamentais garantir a sociedade o serviço de saúde gratuito, cabendo aos municípios ofertarem maiores serviços a esta área por meio de transferências federais.<sup>10</sup>

Os problemas sociais a que estão expostos a população de baixa renda estão atrelados às altas taxas de mortalidade, analfabetismo, desemprego, entre outros. O crescimento econômico não é suficiente para que sejam reduzidas essas condições. O que é preciso para reduzir a disparidade social é uma melhor qualidade na infraestrutura social garantindo as condições básicas e mínimas de sobrevivência.

No Brasil, afora esta questão perturbante e que ainda assola a nossa sociedade, tem-se ainda a questão de combate às desigualdades regionais e territoriais por isso, a importância de políticas sociais que promovam de modo equitativo a inclusão social em programas que visem reduzir essas disparidades.

Acompanhando esse cenário de mudanças das políticas sociais em 2004, no governo do Lula, cria-se o Programa Bolsa Família (PBF), que é um programa destinado a transferir renda aquelas pessoas que vivem em condições de pobreza e extrema pobreza, a fim de, proporcionar

---

<sup>9</sup> Ver: Abrucio e Franzese (2013, p. 8)

<sup>10</sup> Ver: Abrucio e Franzese (2013, p. 10)

uma ampliação na cesta de consumo destas famílias combatendo arduamente a desigualdade social e regional. Esse programa unificou antigos programas: Bolsa Escola, Bolsa alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, que tinham este mesmo enfoque. Fora a questão de transferências de renda, este programa tem como finalidade as chamadas “Ações Complementares” que ocorrem por meio de capacitação profissional de jovens e adultos e de geração de emprego e renda, educação e dentre outras. Pois, para que a família seja contemplada é necessário que as crianças estejam devidamente matriculadas nas escolas e claro frequentando.

Portanto, é notório que as transferências intergovernamentais são importantes para o processo de estado de bem-estar através de fundos que incentivam a aplicabilidade de políticas sociais que reduzam as grandes disparidades como pobreza, educação, saúde, habitação e outros, que é bastante desigual devido a questão da capacidade que cada município possui administrativamente e financeiramente. Por isso, a importância destes repasses das esferas estaduais e federais para que facilitem estas ações assim como, consórcios intermunicipais e convênios, cabendo ao governo federal apenas a coordenação destas políticas.

## **2.2 Os municípios e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio**

A União das Nações Unidas (ONU) é um órgão criado 1945 que tem como principal foco promover ações que visem garantir mudanças sociais e econômicas em todo o mundo. Preocupada com as questões sociais a qual acomete todo o mundo, ela buscou medidas que priorizassem esforços em prol de uma economia mais equitativa. Com isso, a partir dos anos 1990 da década passada, este órgão por meio de uma Assembleia Geral, passa a auxiliar o estabelecimento de metas prioritárias para uma sequência de medidas em prol do desenvolvimento de caráter internacional com uma duração de dez anos, objetivando condições de bem estar social e de estabilidade.

Diante desta necessidade de promoção de melhorias no estado de bem estar social e de estabilidade, em 2000, através da Cúpula do Milênio, a comunidade internacional composta por 191 nações se comprometem a adotar um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com atenções direcionadas as áreas prioritárias que garantem melhorias na qualidade de vida dos cidadãos como: educação, eliminação da extrema pobreza, saúde, emprego e entre outros. (ONU – BR, 2013).

Esses ODMs foram repartidos em oito grandes categorias ou metas: a erradicação da extrema pobreza e da fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os

sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Atuante em parceria com a fundos e programas da ONU em prol do desenvolvimento como os Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Programa Meio Ambiente (PNUMA) e o Programa das Nações Unidas para Habitação (ONU – HABITAT), assim como, o Banco Mundial. Esses ODM buscam cobrar das nações o cumprimento das metas de cada objetivo deste assim como, as reduções das disparidades existentes ou mesmo as suas soluções. (ONU – BR, 2013).

O Brasil, sendo um dos países aos quais aderiram a assinatura do Acordo do Milênio, passou a dar um maior destaque diante das metas a serem cumpridas aos conjuntos de políticas sociais de abrangência nacional, a fim de promover uma maior redistribuição de renda e das necessidades dos cidadãos por meio de seus direitos básicos e universais através de agendas sociais com o intuito fundamental de redução das desigualdades.

Por ser um país com um vasto território e também pelas atribuições concedidas pela Constituição de 1988, coube aos órgãos municipais a aplicabilidade e a condução da agenda social para o atendimento das metas contempladas pelos ODM, sob a coordenação e fiscalização dos órgãos federais. Garantindo assim, um maior destaque aos municípios pois, o que importa para a verificação dos indicadores são justamente a solução e redução das disparidades regionais porque, melhorando estas melhora-se os indicadores do país, seguidos da criação de ministérios e secretarias para poderem gerenciar, intensificar e promover a interlocução destes programas. Com isso, os ODM e suas metas serão percorridos a seguir.

A primeira e principal meta é a erradicação da extrema pobreza e da fome no mundo onde foram estabelecidas duas metas a serem alcançadas até 2015: a primeira é reduzir à metade do observado em 1990 a pobreza extrema da população mundial e; a segunda é reduzir à metade a proporção de pessoas que passam fome. Onde estes indicadores que avaliam as questões voltadas para fome e pobreza refletem justamente o grau de desigualdade e distribuição de renda nos países. Sendo está uma meta de caráter mundial, pois este é um gargalo que acomete todo o mundo. (Relatório Nacional de Acompanhamento – IPEA - 2010).

Com base no Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA – 2010), os indicadores exigidos pela ONU para análise da meta um são: proporção da população que ganha menos de 1 dólar PPC por dia; proporção da população abaixo da população da linha nacional de pobreza; índice de hiato de pobreza – incidência por grau de pobreza; participação dos 20% mais pobres

da população no consumo nacional e; a taxa de desemprego na faixa etária entre 15 e 24 anos, por sexo, e total. Dentre estas medidas de indicadores o Brasil ainda adicionou: participação dos 20% mais ricos da população na renda nacional; distribuição das pessoas entre os 10% mais pobres e o 1% mais ricos, por cor/raça; número de operações de fiscalização de trabalho escravo, número de estabelecimentos fiscalizados e número de trabalhadores libertados e; número de beneficiários e potenciais beneficiários do BPC/RMV.

Os indicadores utilizados pela ONU para o cumprimento da segunda parte da meta de erradicação da extrema pobreza e da fome de acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA – 2010) foram: prevalência de crianças (com menos de cinco anos) abaixo do peso e a proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo dietético de calorias. Afora essas medidas o Brasil considera: a disponibilidade de quilocalorias para consumo da população; prevalência de crianças (com menos de dois anos de idade) abaixo do peso por regiões; prevalência de adultos (20 anos ou mais de idade) abaixo do peso e; prevalência de adultos com sobrepeso ou obesidade.

Para esta primeira meta do ODM foram desenvolvidas algumas iniciativas do governo federal nas áreas de acesso: a alimentação, por meio de programas como o Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar e dentro outros; ao desenvolvimento agrário; a geração de emprego e renda; a criança, adolescente e jovem; aos idosos e pessoas com deficiência; cidadania e inclusão social e; os recursos petrolíferos do pré-sal na redução das desigualdades sociais do país.

A segunda meta do ODM é a universalização do acesso à educação básica objetivando de acordo com o Portal ODM (2013), assegurar que todas as crianças independentes de sexo, cor, raça e região concluam o ensino fundamental, através de uma maior qualidade do ensino e da ampliação dos anos destinados ao estudo. Com isso, no Brasil são levados em consideração a colaboração dos Municípios, Distrito Federal e dos Estados, através de um conjunto de propostas coordenadas em promoção do financiamento, gestão e planejamento assim como, da formação de profissionais da área de educação, alfabetização de jovens e adultos, acesso à educação a crianças portadoras de deficiência e/ou necessidades especiais, ampliação das redes públicas de ensino.

Com isso, são utilizados o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) para que sejam repassados aos municípios e suas instancias investimentos para que os objetivos sejam bem sucedidos, como também, para reduzir as desigualdades e a falta de acesso à educação. Logo, o desempenho da

educação brasileira é medido através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) por meio da Prova Brasil.

Os indicadores utilizados pela ONU para esta meta de acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA – 2010) são: taxa líquida de matrícula no ensino primário; proporção de alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º e; taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos. Além destes, o governo brasileiro utiliza: a taxa de frequência escolar líquida das pessoas de 7 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino, segundo cor/sexo e sexo no Brasil e as grandes regiões; taxa de frequência líquida das pessoas de 7 a 17 anos de idade, de acordo com os quintis de rendimento familiar mensal per capita; proporção de pessoas de 11 e 12 anos que tenham concluído o 5º ano do ensino fundamental e pessoas de 18 anos que tenham concluído este nível de ensino; índice de adequação idade-anos de escolaridade que compreende a população de 9 a 16 anos no Brasil e nas grandes regiões e; taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos de idade com base no sexo, situação de domicílio e cor/raça em todo Brasil e nas grandes regiões.

As ações desenvolvidas pelo governo federal são através do Plano de Desenvolvimento da Educação, Orçamento e Financiamento da Educação, Avaliação e Responsabilização, Apoio ao aluno e à escola, Alfabetização de jovens e adultos (EJA) e da Formação de professores e valorização dos profissionais da educação básica.

A terceira meta do ODM é a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres a fim de, eliminar todas as desigualdades em todos os níveis de ensino através da ampliação das chances das mulheres no mercado de trabalho, combate ao preconceito, salários iguais ao dos homens para as mesmas funções, maior participação política e melhores empregos.

Os indicadores adotados para avaliação da ONU de acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA – 2010) são: razão entre meninos e meninas no ensino básico, médio e superior; razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos; porcentagem de mulheres assalariadas no setor não-agrícola e; proporção de mulheres exercendo mandatos no Parlamento Nacional.

Além destes indicadores, o Brasil utiliza como parâmetro: proporção de mulheres ocupadas no setor agrícola sem rendimento, por grandes regiões; taxa de defasagem escolar entre os estudantes de 7 a 17 anos por sexo e raça/cor; taxa de participação por raça/cor e sexo; distribuição da população ocupada por cor/raça e sexo de acordo com sua ocupação; proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada; proporção da população ocupada que contribui para previdência social com base por cor/raça e sexo; relação entre o rendimento-hora



da população ocupada, por sexo, cor/raça e anos de estudo; proporção de mulheres eleitas senadoras e deputadas federais em relação aos eleitos; distribuição dos cargos de DAS, segundo sexo; número de delegacias especializadas de atendimento à mulher; número de ocorrências de delitos por DEAM e; mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados e assembleias legislativas.

As principais atividades do governo federal para este objetivo são: II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, o Pacto Nacional pelo Enfretamento à Violência contra as Mulheres, Central de Atendimento à Mulher, Programa Gênero e Diversidade na Escola, Programa Mulher e Ciência, Programa Pró-Equidade de Gênero, Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Medidas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e, dentre outros.

A quarta meta do ODM compreende a redução da mortalidade infantil onde para que este objetivo seja alcançado deve-se reduzir a taxa de mortalidade na infância para 17,9 óbitos por mil nascidos vivos até o ano de 2015. Logo, quando traz esta análise para nível Brasil fica evidente o enfrentamento desta meta devido este ser um país que possui grandes divergências regionais. Pois, desde à década passada a região brasileira que apresenta maiores e menores taxas são exatamente o Nordeste e o Sul. Onde na região Nordeste esta taxa foi em 1990, 2,5 vezes maior do que na região Sul. Mais adiante será observada que esta taxa vem reduzindo com o tempo e aplicabilidade de políticas sociais e públicas voltadas para minimizar essas disparidades.

Segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA – 2010), os indicadores considerados pela ONU para verificar as questões acerca da mortalidade infantil e os seus resultados são: a taxa de mortalidade de crianças menores que cinco anos de idade, a taxa de mortalidade infantil e a proporção de crianças até um ano vacinadas contra o sarampo. Fora estes indicadores citados a cima o governo brasileiro ainda utiliza como indicadores: a mortalidade proporcional entre menores de um ano, segundo grupos de causas no Brasil e nas grandes regiões e a distribuição dos óbitos infantis por grupos de idade (0 a 6 dias; 7 a 27 dias; 28 a 364 dias), por causas selecionadas, por grandes regiões e por cor/raça.

As ações do governo federal para minimizar esta meta são através da estratégia saúde familiar, políticas e ações voltadas para a atenção à saúde da criança, vigilância da mortalidade infantil e fetal, programa nacional de imunizações e o compromisso para acelerar a redução das desigualdades na região Nordeste e na Amazônia legal – Pacto da Redução da Mortalidade Infantil.

A meta de número cinco é voltada a melhorar a saúde materna que de acordo com o Portal ODM (2013), deve haver uma redução em três quartos na taxa de mortalidade materna até 2015 e para que este objetivo seja almejado é necessária uma maior atenção e políticas voltadas a saúde feminina em idade reprodutiva, sendo esta acompanhada por pessoas qualificadas no momento do parto e antes deste. Esta meta é acompanhada no Brasil através de ações do governo federal junto com os Estados e Municípios por meio da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, da Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos, do Compromisso para Acelerar a redução das desigualdades na região Nordeste e na Amazônia legal – Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

A ONU utiliza como indicadores para acompanhamento do desempenho dos países para alcance desta meta: a razão de mortalidade materna e a proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados. No Brasil esta meta divide-se em duas grandes outras que são: a primeira promover na rede do Sistema Único de Saúde (SUS), cobertura total as ações de saúde reprodutiva e sexual até 2015 e; a segunda é que até 2015 o país deve ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo uterino invertendo a tendência atual. Logo, o país utiliza como indicadores a proporção de óbitos maternos segundo grupo de causas, a proporção de cobertura por consultas pré-natal, o número de internações por aborto no SUS nas grandes regiões, a taxa de mortalidade de mulheres de 30 – 69 anos (Relatório Nacional de Acompanhamento – IPEA – 2010).

O combate ao HIV/AIDS, a malária e outras doenças é a sexta meta definida pelo ODM. Esta meta com base no Portal ODM (2013), tem como principal objetivo o combate e a reversão da propagação da HIV/AIDS assim como, da malária e de outras doenças até 2015 por meio de ações voltadas à informação, prevenção e tratamento da população. O Brasil está buscando o combate a meta número seis através de ações governamentais pelo Programa Nacional DST, AIDS e Hepatites virais, Programa Nacional de Controle da Malária, Programa Nacional de Controle da Tuberculose e do Programa Nacional de Controle a Hanseníase.

Para o acompanhamento desta meta a ONU utiliza os seguintes indicadores: taxa de prevalência do HIV/AIDS entre mulheres grávidas com idades de 15 a 24 anos; taxa de utilização de anticoncepcionais; uso de preservativos na última relação sexual de risco; proporção de pessoas entre 15 e 24 anos com conhecimento correto do HIV/AIDS; número de crianças tornadas órfãs pela AIDS; taxas de prevalência e de mortalidade ligadas a malária; proporção da população das zonas de risco que utiliza meios de proteção e de tratamento

eficazes contra a malária; taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à tuberculose e; a proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamento de curta duração sob vigilância direta. (Relatório Nacional de Acompanhamento – IPEA - 2010).

O Brasil além destes indicadores utiliza como parâmetros: a taxa de incidência de AIDS, segundo região de residência por ano de diagnóstico; prevalência da infecção pelo HIV entre a população de 15 a 49 anos de acordo com o sexo; o coeficiente de mortalidade por AIDS com base na região de residência e o ano do óbito; número de casos de malária na Amazônia legal; incidência e taxa de incidência de tuberculose e; coeficiente de prevalência de hanseníase. (Relatório Nacional de Acompanhamento – IPEA – 2010).

A garantia de sustentabilidade ambiental é considerada a sétima meta do ODM, sendo considerado o mais amplo objetivo de desenvolvimento. Para que este objetivo fosse almejado foram desenvolvidas ações no âmbito da qualidade ambiental dos meios físicos, bióticos e do assentamento humano. Este objetivo foi dividido em três grandes outras metas: integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perdas de recursos ambientais; reduzir a metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável e esgotamento sanitário e; até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários.

Diante disto, o sétimo ODM tem como principais indicadores de avaliação a proporção de áreas terrestres cobertas por florestas, a fração da área protegida para manter a diversidade biológica sobre a superfície total, o uso de energia por US\$ 1,00 PPC do PIB, as emissões per capita de CO<sub>2</sub> em 2002 e de outros gases de efeito estufa e consumo de substâncias eliminadoras de ozônio e a proporção da população que utiliza combustíveis sólidos, a proporção da população (indígena e rural) com acesso a uma fonte de água tratada podendo ser através de poços artesianos, nascentes de rios ou rede geral de água e outros, e a proporção da população com acesso a melhores condições de esgotamento sanitário, além destes indicadores o Brasil utiliza o percentual de moradores em domicílios particulares permanentes com abastecimento de água adequado e o percentual de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo a água canalizada interna de rede geral e esgoto ou fossa séptica. (Relatório Nacional de Acompanhamento – IPEA – 2010).

O governo federal utiliza ações destinadas aos recursos ambientais por meio de programas como a título de exemplo, o Programa Nacional das Florestas, ações voltadas para o acesso a água potável e esgotamento sanitário como construção de cisternas e programa de saneamento para todos e atenção aos assentamentos precários com programas de habitação.

O último objetivo é voltado para estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento até o ano de 2015, onde ele se divide em seis grandes metas que são: avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras previsíveis e não discriminatório; atender as necessidades dos países menos desenvolvidos, incluindo um regime isento de direitos e não sujeito a cotas para as exportações dos países menos desenvolvidos e um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados; atender as necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento; tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais, de maneira a torna-la sustentável; em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam aos jovens trabalho produtivo e digno; trabalhar em parceria com empresas farmacêuticas para que garantir o acesso de medicamentos essenciais a preços acessíveis e; parcerias com empresas privadas afim de tornar mais acessível o acesso de novas tecnologias principalmente da informação e comunicação.

Sendo os indicadores utilizados pela ONU como parâmetro para avaliação para este oitavo objetivo: ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquido como porcentagem da renda nacional bruta dos países doadores membros da OCDE e do Comitê de ajuda ao desenvolvimento para os serviços básicos, sem acesso ao mar, auxiliares aos pequenos estados insulares em desenvolvimento; proporção total das importações dos países desenvolvidos provenientes de países em desenvolvimento, admitidas sem pagamento de direitos alfandegários; tarifas médias de importação impostas aos produtos agrícolas, têxteis e vestuários de países em desenvolvimento; dívida oficial perdoada como resultado da Iniciativa Países Pobres Muito Endividados; taxa de desemprego na faixa etária entre 15 a 24 anos de idade com base na cor/raça e sexo; proporção da população com acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis; linhas telefônicas e assinaturas de celulares por 100 habitantes e; computadores pessoais por 100 habitantes. (Relatório Nacional de Acompanhamento – IPEA – 2010).

Através da aplicabilidade e cumprimento destes ODM, é possível observar se houve melhoria nas condições de vida social e econômica da população por meio de políticas mais atentas e de gestores mais compromissados em melhorar cada vez mais estes indicadores que poderá haver uma alavancagem não só em termos econômicos mas também, sociais. Porque a partir destes objetivos ficaram claros que a sociedade é a parte mais importante do contexto mundial.

Arelado a todos estes objetivos e metas, planos de ações governamentais e políticas, tem o surgimento de um movimento nacional em prol da cidadania e da solidariedade em 2004, denominado como “Nós Podemos”. Esse movimento tem por características fundamentais promover uma mobilização e conscientização da comunidade e dos governos para que os Objetivos do Milênio citados anteriormente, sejam cumpridos até 2015.

No estado da Paraíba, de acordo com o site “Nós Podemos 2013”, o Sistema Correio de Comunicação, criou no ano de 2007, a premiação Paraíba Abraça ODM objetivando promover o reconhecimento das iniciativas tomadas no estado assim como, os seus avanços para a contribuição dos ODM. O programa “Nós Podemos” só foi criado no Estado paraibano no ano de 2009, denominada Fundação Solidariedade, tendo como seu núcleo de gestores as seguintes instituições: Sistema Correio de Comunicação, Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Procuradoria Geral de Justiça da Paraíba (MPPB), Governo do Estado da Paraíba, Prefeitura Municipal de João Pessoa, FIEP, FECOMÉRCIO, SEBRAE – PB, ENERGISA, UNIPÊ, FAMENE, Faculdade Maurício de Nassau e a Faculdade de Ciências Médicas. (Nós Podemos, 2013).

Através do Prêmio ODM Brasil, o estado da Paraíba por meio da Fundação Solidariedade, “Nós Podemos Paraíba”, UFPB, PNUD, Governo do Estado da Paraíba, Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, SEBRAE, Governo Federal e do Ministério Público da Paraíba, criou em 2011, o Prêmio Paraíba Abraça ODM. Esta premiação tem como foco reconhecer a iniciativa de organizações públicas, empresas, entidades governamentais e não governamentais, a prática da busca em atingir resultados satisfatórios quanto ao alcance dos ODMs. (Nós Podemos Paraíba, 2014).

Outra iniciativa quanto a participação da UFPB junto aos ODMs, foi em 2013 a aceitação do Projeto de Extensão intitulado “*Diagnóstico Socioeconômico dos Pequenos Municípios Paraibanos*” que tem dentro de sua metodologia analisar os resultados de pequenos municípios paraibanos no alcance dos ODMs.

### **2.3 O papel do município na promoção do desenvolvimento**

Os municípios passaram a ganhar notoriedade a partir da Constituição de 1988, com a descentralização fiscal a União o repasse de recursos em prol dos Estados e dos municípios.

Diante do exposto, a busca por uma Estado mais eficiente permitiu aos munícipes a administração das áreas de educação, saneamento, transporte, saúde e dentre outras, assumindo

esta nova dinâmica voltada não apenas a promoção do desenvolvimento mas também, as questões de caráter equitativo e distributivo, objetivando resolver ou minimizar distorções na renda e no emprego da sociedade.

Abrucio e Couto (1996) destacam que os municípios tiveram que passar por uma reformulação administrativa para que pudessem se adequar financeiramente através de modificações nas áreas em que suas ações iriam ser destinadas, assumindo um papel antes de responsabilidade apenas da União, indicando que o processo de municipalização possui um impacto sobre a importância hoje dada as questões sociais. Cabendo a estas políticas, ações e investimentos por meio de repasses de transferências constitucionais as áreas de educação e saúde.

Logo essa modificação na estrutura de atuação governamental brasileira evidencia um novo tipo de governança buscando cada vez mais uma participação democrática e participativa tentando interligar os interesses do capital privado, do setor público, da sociedade e dos trabalhadores.

Outro fator que contribui para uma maior participação municipal no contexto nacional foi exatamente a aceitação brasileira aos Objetivos do Milênio (ODM) conjuntamente dos movimentos nacionais como o Nós Podemos fez desabrochar o papel e importância dos municípios principalmente em nosso país devido ao seu vasto território, a fim de reduzir as questões de desigualdade, má distribuição, pobreza em sua busca constante por desenvolvimento.

Portanto, os ODM são considerados uma ferramenta primordial para auxiliar os gestores na aplicação e realização de suas políticas públicas assim como, a maioria dos planos de ações e da aplicabilidade destas políticas que ficam a cargo dos municípios por meio das transferências de recursos auxiliando o governo federal no processo do cumprimento das metas e objetivos dos ODM. Com isso, cabe a cada gestor fazer uma análise conjuntural da sua situação municipal, definir suas prioridades, aplicar os planos, estratégias e programas por meio de projetos pelas ações e atividades a fim da obtenção dos resultados.

Diante da ampliação da participação dos municípios no desenvolvimento nacional há uma contrapartida que esta autonomia trouxe que foi exatamente a crescente quantidade de novos e pequenos municípios que não possuem capacidade administrativa e financeira para promoção das assistências sociais em busca do desenvolvimento. Cabendo então a sua sobrevivência ou grande parte dela dos repasses das transferências constitucionais da União pelo Fundo de Participação Municipal (FPM) e também das transferências advindas do Fundo de Participação Estadual (FPE), tornando assim os municípios “totalmente” dependentes destes.

E para angariar fundos ou receita própria estes acabam de certo modo ampliando os seus tributos sendo suas principais fontes arrecadadoras o IPTU, TCR e o ISS, salientando que para pequenos municípios a arrecadação do ISS é muito baixa, objetivando suprir suas carências haja vista que o FPM e o FPE vão de acordo com a dinâmica estadual.

De acordo com Abrucio e Couto (1996), o FPE quando comparado ao FPM possui um caráter mais distributivo pois ele leva em consideração a renda per capita do estado enquanto que o FPM tem como base a renda das grandes cidades e capitais estaduais. Com isso, fica evidente que para pequenos municípios o FPM toma como base a magnitude populacional, ou seja, quanto maior o número de pessoas em um determinado município maior a sua fatia do FPM. Diante destes percalços, cabem aos gestores municipais definir uma agenda de políticas públicas que possam melhorar os indicadores de emprego, renda, educação, saúde, entre outros aspectos que possibilitem elevar o nível de desenvolvimento local.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Metodologia de tratamento de dados estatísticos

Com base na classificação proposta por Silva e Menezes (2005), o presente trabalho trata-se de um estudo exploratório e descritivo, pois constitui uma pesquisa em torno de uma realidade local onde foram realizados levantamentos bibliográficos, tratamento e análise de indicadores quantitativos. A observação participante, adquirida a partir do contato institucional com representantes da prefeitura e as visitas técnicas na cidade, constituem os componentes qualitativos do referido estudo que possibilitaram o alcance de um olhar mais consistente acerca das questões que envolvem a dinâmica da cidade de Sertãozinho nos seus múltiplos sentidos.

Quanto aos meios de investigação, foram utilizados artigos, relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, textos disponíveis na internet, revistas especializadas, base de dados do: IBGE, IPEADATA, Tesouro Nacional, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODM e demais instituições de pesquisa e governamental.

Para o estudo das características demográficas e sociais, foram coletados dados do IBGE, com base nos censos demográficos de 2000 e 2010, sobre as questões acerca da desigualdade e pobreza, habitação, saúde, assistência social e educação. Sobre a atividade econômica os dados também foram do IBGE compreendendo o espaço temporal de 2000 – 2010, levando em consideração o desempenho da produção por atividade, o PIB municipal e per capita, e a posição do município com relação a região geoadministrativa e do estado.

No tocante ao estudo do emprego, ocupação e rendimento foram coletados dados do IBGE, da CAGED, RAIS e do Ministério do Trabalho e Emprego, afim de analisar a caracterização da População Economicamente Ativa (PEA), ocupações por atividade econômica, gênero e rendimento na zona urbana e rural. Para as finanças públicas foram coletados dados do IPEADATA e do Tesouro Nacional para que sejam analisadas as despesas e receitas orçamentárias, despesas e receitas correntes e de capital, despesas por função e finanças do município em relação à microrregião a qual está incluído.

Valendo salientar que os dados coletados compreendem a série histórica que vai de 2000 – 2010 e que foram deflacionados com base no Índice Geral de Preços - IGP – DI, utilizando-



se como ano base o de 2010.<sup>11</sup> E sobre os dados coletados do Tesouro Nacional houve uma extensão para o ano de 2012, devido a disponibilidade dos dados.

A intenção desse trabalho monográfico, como descrito na introdução, é analisar a municipalização dos objetivos do milênio a partir de um estudo de caso na Paraíba, o município de Sertãozinho. A escolha desse recorte espacial se deu por se tratar de um pequeno município que, a semelhança de diversas cidades no estado paraibano; ainda enfrenta problemas relacionados à pobreza, escassa oportunidade de emprego e renda. Procura-se observar o nível de desenvolvimento municipal de Sertãozinho e sua posição em relação à microrregião de Guarabira.

As categorias escolhidas para servirem como referência ao estudo proposto do município foram organizadas em seis partes:

- I. Características demográficas e sociais, desigualdade e pobreza;
- II. Atividade econômica: desempenho da produção por atividade em relação ao estado e a região geoadministrativa;
- III. Emprego, ocupação e rendimento médio das famílias por atividade principal e por gênero;
- IV. Finanças públicas municipais: despesa e receitas orçamentárias, despesas por função e finanças do município em relação a microrregião;
- V. Nível de desenvolvimento municipal nas perspectivas do emprego e renda, saúde e educação;
- VI. Índice de gestão fiscal, calculado a partir dos indicadores fornecidos pelo Sistema Firjan.

Com o intuito de ver o nível de comprometimento com estes objetivos fez-se um recorte temporal que compreende a série histórica de 2000 – 2010 para analisar determinantes demográficos e sociais, o grau da atividade econômica local, questões de emprego e não menos importante as finanças públicas municipais. Contudo, lembrando que existe a dificuldade no recorte temporal do município, devido ao pouco tempo de emancipação, o que justifica a grande parte do perfil dos indicadores estarem localizados nos anos 2000 em diante.

---

<sup>11</sup> O IGP – DI foi o indicador utilizado para deflacionamento dos preços, pois ele é um deflator de valores nominais de abrangência compatível com a receita tributária, o consumo intermediário no âmbito das contas nacionais. Logo, o IGP – DI é o indexador das dívidas dos Estados com a União.

A análise das finanças públicas do referido município pode trazer importantes sinalizações quanto à origem e a destinação dos recursos públicos e indicar quais foram as áreas consideradas como prioritárias pelos gestores na condução das políticas governamentais. Por outro lado, o estudo do resultado fiscal da prefeitura pode revelar, também, se a administração local conseguiu atender os princípios de legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência que são exigidos para o bom funcionamento da administração pública direta e indireta no Brasil. As informações apresentadas sobre as transferências federais para o referido município chegam até o ano de 2012.

O comportamento das receitas e despesas públicas de Sertãozinho será visto analiticamente a partir de óticas distintas, mas que se complementam no que se reporta a uma visão mais abrangente do panorama fiscal do município. Primeiramente, apresenta-se a dinâmica das despesas e receitas orçamentárias e o resultado fiscal da prefeitura. Em seguida, destaca-se a composição das receitas municipais e a participação das transferências de tributos federais e estaduais no total da receita disponível do município. Examina-se, também, a composição dos gastos anuais do município entre despesas correntes e de capital.

Numa outra perspectiva de análise, procura-se observar a distribuição das despesas segundo a função programática. Prefeituras realizam dispêndios em diversas áreas como saúde e saneamento, educação e cultura, habitação e urbanismo, comunicações, assistência social, despesas essenciais à justiça e direito à cidadania, entre outros. Os desembolsos realizados pela administração pública municipal por função programática são importantes indicadores das áreas que foram tomadas como essenciais para algumas plataformas de governo.

Finalmente, realiza-se uma análise comparativa das finanças do município de Sertãozinho com outros municípios que fazem parte da microrregião de Guarabira. Essa área é formada pelas cidades de Guarabira, Belém, Logradouro, Sertãozinho, Lagoa de Dentro, Caiçara, Pirpirituba, Alagoinha, Cuitegi, Pilõezinhos, Serra da Raiz, Duas Estradas, Araçagi e Mulungu e constitui um agrupamento de municípios limítrofes que guardam semelhanças econômicas e sociais entre si.

### **3.2 Fontes bibliográficas e de dados quantitativos**

Serão utilizados como já citado anteriormente indicadores que tem como objetivo identificar o grau da dinâmica econômica e social do município de Sertãozinho. Com isso, é preciso o conhecimento de determinados indicadores para que sejam compreendidas as análises futuras dos dados.

De acordo com o IBGE (2014), a população economicamente ativa (PEA) corresponde a uma pesquisa realizada com pessoas entre 10 e 65 anos de idade que leva em consideração se o público alvo da pesquisa está ocupado ou desocupado. Logo a PEA é considerada uma base de cálculo para a taxa de desemprego medida pelo IBGE.

Para o IBGE (2014), a taxa de analfabetismo compreende a quantidade em percentual de pessoas que encontram-se analfabetas, ou seja, a proporção de pessoas que não sabem escrever e ler.

Gremaud (2004), define o Produto Interno Bruto (PIB) como tudo aquilo que foi produzido em termos de bens e serviços finais dentro de um país, estado ou região em um dado período de tempo.

PIB per capita corresponde ao PIB dividido pela quantidade de habitantes. O objetivo desse PIB per capita é verificar o grau de enriquecimento ou empobrecimento da população. Salientando que o PIB per capita é considerado apenas uma média indicativa pois, a sua distribuição pode ocorrer de maneira desigual e este efeito não pode ser retratado neste indicador.

As receitas públicas correspondem aquilo que o poder público consegue arrecadar de acordo com o previsto em legislação a fim de honrar seus gastos em prol das necessidades das demandas sociais. Estas receitas podem ser classificadas em orçamentárias, previstas no orçamento público, e extra orçamentárias, não é prevista em orçamento e são recursos que o Estado tem o dever de devolver, ou seja, são recursos de terceiros.<sup>12</sup>

As receitas podem ser classificadas economicamente em receitas correntes que são aquelas provenientes da entrada de recursos advindos de atividades do Estado com o objetivo de cumprir com metas e ações governamentais assim como, programas para a sociedade. Estas ainda podem ser classificadas em:<sup>13</sup>

- Receitas tributárias: advindas da arrecadação de impostos, taxas e contribuições. Atividades que competem a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Receitas de contribuições: provenientes de contribuições sociais como o PIS, PASEP, COFINS, etc;
- Receitas patrimoniais: são aquelas vindas de investimentos do ativo permanente, como aplicações financeiras, títulos privados, etc;

---

<sup>12</sup> Ver: [http://www.linhares.es.gov.br/PGP/Downloads/Modulo\\_IV\\_Receitas\\_Despesas\\_Publicas.pdf](http://www.linhares.es.gov.br/PGP/Downloads/Modulo_IV_Receitas_Despesas_Publicas.pdf)

<sup>13</sup> Ver: [http://www.linhares.es.gov.br/PGP/Downloads/Modulo\\_IV\\_Receitas\\_Despesas\\_Publicas.pdf](http://www.linhares.es.gov.br/PGP/Downloads/Modulo_IV_Receitas_Despesas_Publicas.pdf)

- Receitas agropecuárias: como o nome já diz são aquelas provenientes da atividade agropecuária, como taxas cobradas pelo Ministério da Agricultura, EMBRAPA, etc;
- Receitas industriais: provenientes de atividades ligadas a atividade industrial como royalties.
- Receitas de serviços: são aquelas advindas da prestação de serviços por meio de taxas cobradas pela utilização de transportes, saúde, comunicação, etc;
- Transferência corrente: corresponde a entrada de recursos pertencentes ao ente ou entidade transferidora ou vice e versa, preestabelecidas ou sem qualquer exigência, para a aplicação em despesas correntes. Exemplo: repasse de recursos entre União, Estados e Municípios por meio de convênios;
- Outras receitas correntes: correspondem a receitas de origens não classificáveis, como por exemplo repasse de recursos em casos de calamidade pública.

Outro tipo de receita pública é a chamada receita de capital que é um tipo de captação de recursos advindos de constituição de dívidas, da conversão (em espécie) de bens e direitos, de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado a fim de atender as despesas de capital e, o superávit do orçamento corrente.<sup>14</sup>

As despesas públicas compreendem ao conjunto de gastos gerados pelos entes públicos em prol do bom funcionamento e manutenção dos serviços públicos para a sociedade. Assim como as receitas as despesas podem ser classificadas em despesas orçamentárias, prevista no orçamento anual, e as despesas extra orçamentárias, são aquelas não prevista em orçamento decorrentes de pagamentos ou recolhimento de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e saídas de recursos transitórios.

Economicamente as despesas públicas são classificadas em despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes são aquelas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital e, podem se subdividir em despesa de custeio e transferências correntes. As despesas de capital correspondem aquelas que contribuem de forma direta para a formação ou aquisição de um bem de capital e, podem se subdividir em investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

---

<sup>14</sup> Ver: [http://www.linhares.es.gov.br/PGP/Downloads/Modulo\\_IV\\_Receitas\\_Despesas\\_Publicas.pdf](http://www.linhares.es.gov.br/PGP/Downloads/Modulo_IV_Receitas_Despesas_Publicas.pdf)

Quanto as transferências constitucionais tem-se como os principais componentes para os pequenos municípios o Fundo de Participação Municipal (FPM), o FUNDEF e posteriormente o FUNDEB.

O FPM de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU – 2008), compreende uma modalidade de transferências de recursos da União para os Municípios, onde são repassados 23,5% da arrecadação líquida, sendo esta compreendida pela arrecadação de imposto de renda (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI). A distribuição do FPM para os municípios leva em consideração a quantidade de habitantes e levando em conta para os municípios do interior o grau de sua participação no Estado.

De acordo com o Portal FNDE (2014), desde a Carta Magna de 1988 25% das receitas referente aos impostos e transferências dos Estados, do Distrito Federal e Municípios são destinadas a educação. A partir da Emenda Constitucional nº 14/96, 60% dos recursos destinados para a educação eram repassados para ensino fundamental. Diante disso, o FUNDEF foi instituído em 1º de janeiro de 1998 e teve duração até 31 de dezembro de 2006, sendo substituído pelo FUNDEB sendo agora voltado a sua atenção para a educação de ensino básico além de o valor de seu repasse passar para 20% da arrecadação das receitas sobre impostos e transferências. O FUNDEB leva em consideração o número de alunos matriculados nas escolas de acordo com o censo escolar.

O Sistema Firjan é um grupo de empresas do Rio de Janeiro em busca do desenvolvimento. Esse sistema produz indicadores que avaliam o nível de desenvolvimento municipal e o nível de gestão fiscal municipal. Logo, este indicador é dividido em dois: o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

O IFDM leva em consideração três áreas de desenvolvimento humano: educação, emprego e renda, e saúde. No IFDM de educação são consideradas variáveis importantes a taxa de matrícula na educação infantil, taxa de distorção idade-série, taxa de abandono, percentual de docentes com ensino superior, resultado do IDEB e a média de horas aula diárias, sendo todos esses dados retirados de estatísticas do Ministério da Educação. O IFDM de emprego e renda, leva em consideração dados estatísticos do Ministério do Trabalho e Emprego, onde são coletados dados de geração de emprego formal, estoque de emprego formal e salários médios do emprego formal. Por fim, o IFDM da saúde, tem como variáveis importantes o número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis, sendo todos os dados do Ministério da Saúde. (FIRJAN – 2014)

O IFDM possui uma variação que vai de 0 a 1, onde leva em consideração as seguintes classificações: baixo estágio de desenvolvimento (0 a 0,4), desenvolvimento regular (0,4 a 0,6),

moderado desenvolvimento (0,6 a 0,8) e alto estágio de desenvolvimento (0,8 a 1,0). (FIRJAN – 2014)

O IFGF é também um indicador de desenvolvimento desenvolvido pelo Sistema Firjan, onde tem como principal objetivo analisar o grau de comprometimento dos gestores em busca do desenvolvimento. Logo, este indicador é uma ferramenta de controle social. O IFGF é dividido em cinco indicadores que o compõe: receita própria, gastos com pessoal, investimento, liquidez e custo de vida. Quanto a sua metodologia de análise possui semelhança quanto ao IFDM, contudo sendo atribuídos para o IFGF a questão de conceito. Com isso, para que o município possua conceito A (gestão de excelência) é preciso que ele tenha resultados superiores a 0,8 pontos, o conceito B (boa gestão) para resultados entre 0,6 e 0,8 pontos, conceito C (gestão em dificuldade) entre 0,4 e 0,6 pontos e, o conceito D (gestão crítica) aqueles inferiores a 0,4 pontos. (FIRJAN – 2014).

## **4 DESENVOLVIMENTO E GESTÃO PÚBLICA LOCAL: o município de Sertãozinho**

### **4.1 O perfil político e administrativo municipal**

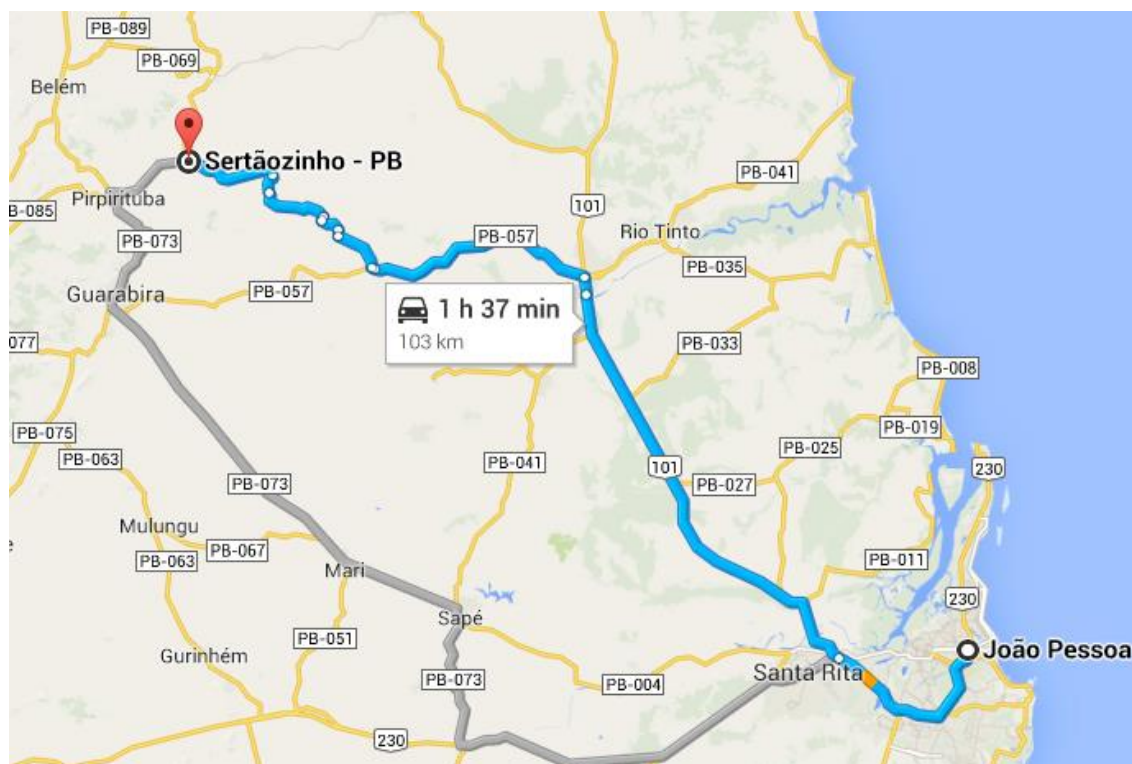
De acordo com dados informados pela Prefeitura Municipal de Sertãozinho – PB (2014), este município surgiu nos anos 1884 como categoria de povoado tendo como destaque a vinda do Sr. João de Freitas Mouzinho de origem portuguesa que se tornou um grande fazendeiro da época por meio do cultivo da terra e da criação de gado, sendo esta a primeira família a se instalar na região. Com a presença da família Freitas na região muitas outras famílias se aglomeraram como a família de João Barbosa, José Barbosa e Manoel Dias.

Nos anos 1900 – 1902 foi criada uma rede ferroviária que tinha como objetivo ligar os estados de Pernambuco e Rio Grande Norte, que culminou no desenvolvimento do pequeno povoado denominado de “Cruz dos Ratos” (primeiro nome atribuído), denominação esta que possui duas histórias: uma ligada aos caminhos encruzilhados utilizados para a caça que eram semelhantes a caminhos de ratos; e a outra está atrelada aos primeiros comerciantes locais que vendiam seus produtos a preços elevados.

Segundo a sua formação administrativa este povoado passa a ser distrito em 20 de Dezembro de 1961, com a denominação de Sertãozinho, nome este atribuído pelo Senhor Odilon (construtor da rede ferroviária) devido ao fato de ele considerar a região muito seca e com características do sertão paraibano, além de ser uma área pequena. Sendo então subordinado ao município de Duas Estradas, permanecendo a este município até 31 de Novembro de 1991. Diante disto o povoado de Sertãozinho é elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual Nº 5918 (29/04/1994), sendo alterada em esta Lei para o Nº 6421 (27/12/1996), desvinculando-se do município de Duas Estradas.

Localizado na Microrregião de Guarabira e mais precisamente no Agreste paraibano, o município de Sertãozinho dista da capital paraibana em apenas 120 Km, situado numa região centralizada ente os municípios de Pirpirituba, Belém, Serra da Raiz, Duas Estradas e Araçagi.

Na sua vida política, este município teve quatro eleições para Prefeito e Vereador nos anos 2000, 2004, 2008 e 2012, havendo uma predominância do PMDB, partido político, nas suas eleições como vencedor. Tendo como um número total de eleitores 3.860. Na eleição do ano 2004 e 2008 teve-se como Prefeito eleito Antônio Ribeiro Filho, eleito no primeiro turno com 1.313 e 1.649 respectivamente. Já em 2012 teve-se como Prefeita eleita Márcia Mousinho Araújo, foi eleita no primeiro turno com 1.209 votos.



**Figura 1 - Localização geográfica do município de Sertãozinho**

Fonte: Google Maps

O interesse acadêmico em estudar as questões relacionadas ao desenvolvimento local no município de Sertãozinho iniciou-se em 2013 quando passei a integrar um Projeto de Extensão do Departamento de Economia denominado “*Elaboração de diagnóstico socioeconômico de municípios paraibanos voltado para o desenvolvimento local e da melhoria da qualidade de vida*” coordenado pelas Professoras Wanderleya Farias, Rejane Carvalho e Nayana Figueiredo. A partir do contato institucional com as prefeituras e as visitas técnicas realizadas pela equipe do projeto em algumas cidades da Paraíba, tive a oportunidade de conhecer os múltiplos aspectos que envolve a dinâmica social, política e econômica de pequenos municípios e os desafios que os gestores locais enfrentam para atender às solicitações da população ali residente.

Também pude perceber as dificuldades enfrentadas pela população para exercer o controle social das finanças públicas que não atentam para a importância da transparência dos indicadores orçamentários.





**Figura 2 – Município de Sertãozinho: Praça local**

Fonte: Arquivo pessoal. Pesquisa de campo (2013)



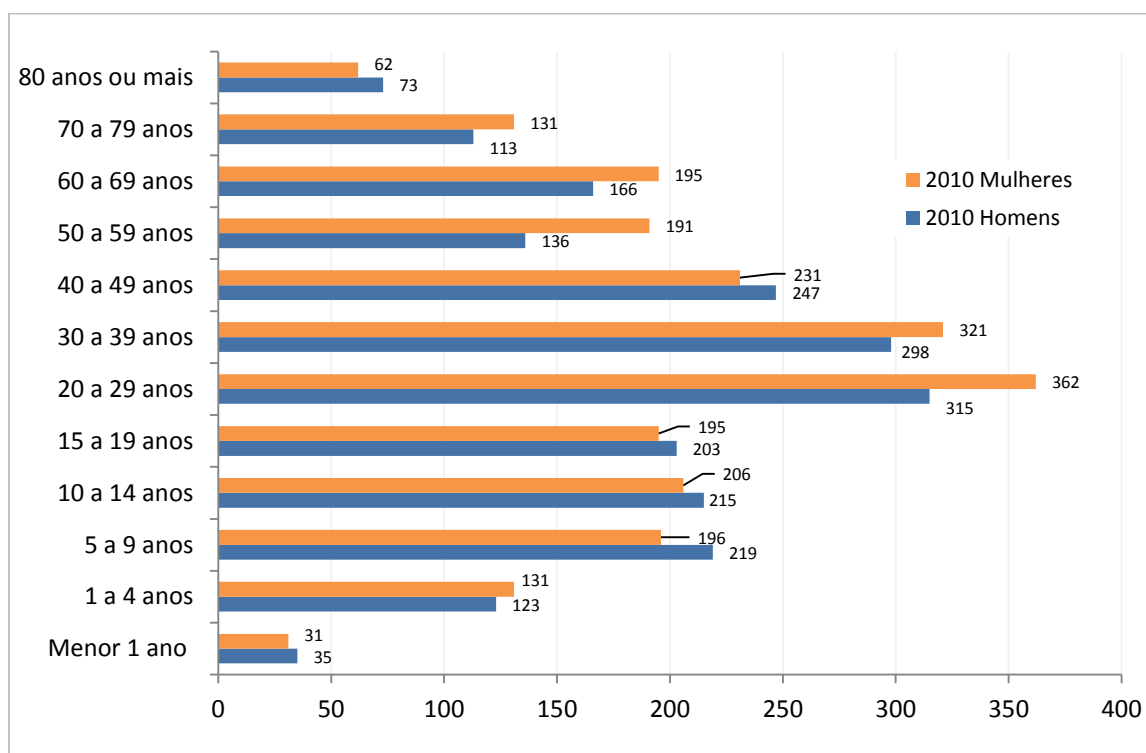
**Figura 3 – Município de Sertãozinho: contato institucional do Projeto de Extensão do Departamento de Economia à Prefeitura Municipal**

Fonte: Arquivo pessoal. Pesquisa de campo (2013)

## 4.2 Aspectos demográficos e socioeconômicos

Esta sessão tem como principal foco trazer um pouco da realidade local do município de Sertãozinho, com a finalidade de analisar o grau de desenvolvimento nesta localidade.

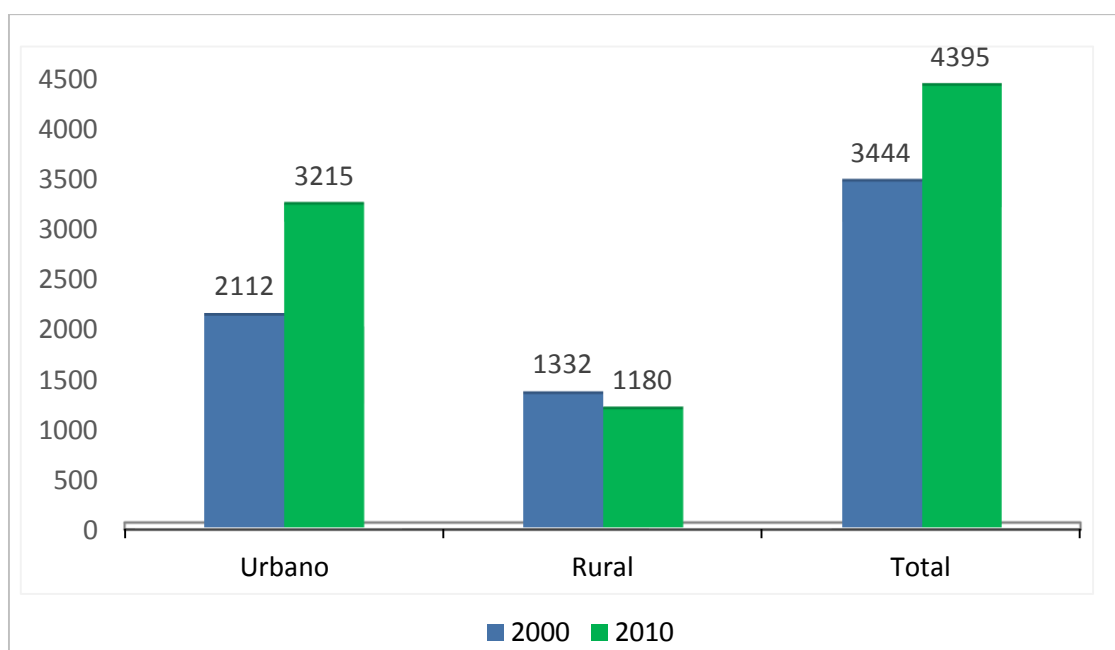
No GRÁFICO 1, tem-se uma análise acerca da população residente no município de Sertãozinho levando-se em consideração a composição por sexo e a idade no ano de 2010. Observa-se que, neste município, há um envelhecimento da população uma vez que existem uma maior quantidade de idosos do que de crianças de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), o que implica dizer que a taxa de natalidade, ou seja, a quantidade de crianças nascidas vivas menores que 1 ano, está seguindo um patamar decrescente fator este bastante comum em países desenvolvidos. Outra conclusão importante sobre este gráfico é que de menos 1 ano de vida até 19 anos de idade há um pequeno domínio da população do sexo masculino, que passa a se modificar a partir dos 20 até os 79 anos, onde destaca-se a grande participação feminina na fase adulta da população, com isso é preciso uma atenção maior das políticas públicas e sociais para a população feminina.



**Gráfico 1 -Sertãozinho: População residente por sexo e grupo de idade – 2010**

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Devido a busca pelo acelerado desenvolvimento do país, começaram a ocorrer mudanças significativas no perfil da população que residiam em áreas rurais para as áreas urbanas. Logo, não fugindo da realidade do país, o Nordeste e mais ainda o município de Sertãozinho, como observado no GRÁFICO 2, também transitou por esta mudança. Em 2000, do total da população de 3.444 habitantes, 2.112 eram residentes na área urbana e 1.332, na rural. Já em 2010, há uma maior diferença entre a quantidade de pessoas residentes na área urbana para a rural. Contudo, esta busca pela urbanização traz consigo problemas relacionados a infraestrutura, a qualidade da moradia e de acesso aos meios de abastecimento e tratamento da água, dentre outras.

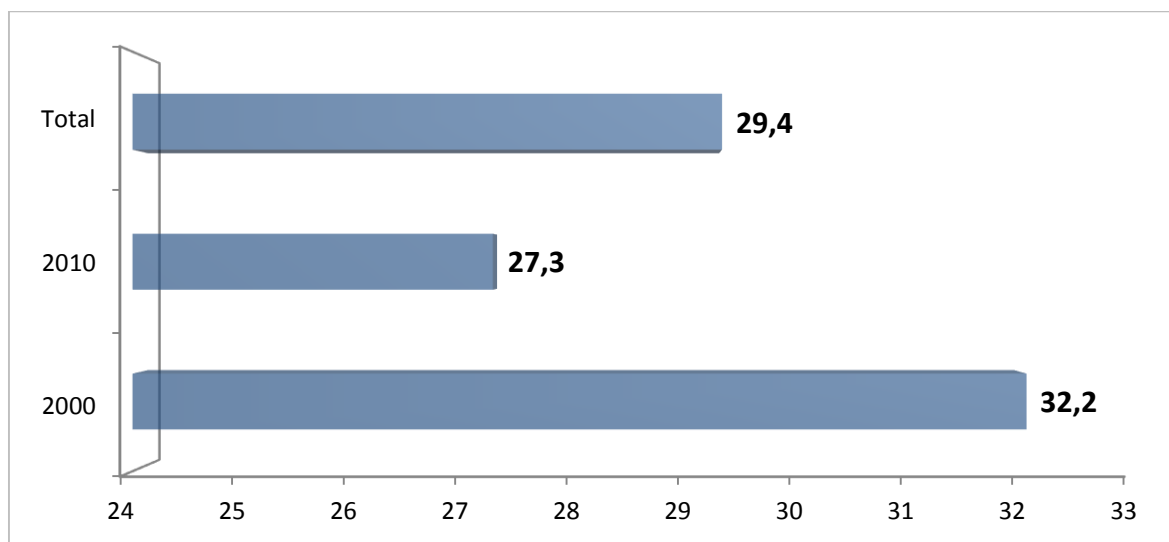


**Gráfico 2 - Sertãozinho: População residente por situação de domicílio – 2000 e 2010**

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010

A taxa de analfabetismo é um indicador importante para o acompanhamento da evolução dos padrões educacionais. Logo, observa-se que no ano 2000 o município de Sertãozinho apresentava uma taxa de analfabetismo em 32,2 p.p., o que indica que aproximadamente 32 p.p. da população residente neste município era analfabeta, ou seja, de acordo com o IBGE, são aquelas pessoas que possuem idade igual ou superior a 15 anos de idade que não conseguem ler um simples bilhete. Fazendo a mesma análise comparativa para o ano 2010 tem-se uma redução no indicador desta taxa em aproximadamente 5 p.p., retratando que houve uma certa melhoria na educação, contudo vale salientar que ainda é preciso políticas públicas para minimizar ainda mais esta taxa.

Cabe observar o comprometimento municipal com a erradicação da pobreza (primeiro Objetivo do Milênio), logo é notório destacar que no GRÁFICO 4, leva-se em consideração a proporção de pessoas com baixa renda em relação a proporção da população com renda domiciliar de até meio salário mínimo. Para este gráfico utilizou-se como referência o salário do último ano da série corrigido pelo INPC de julho de 2010.

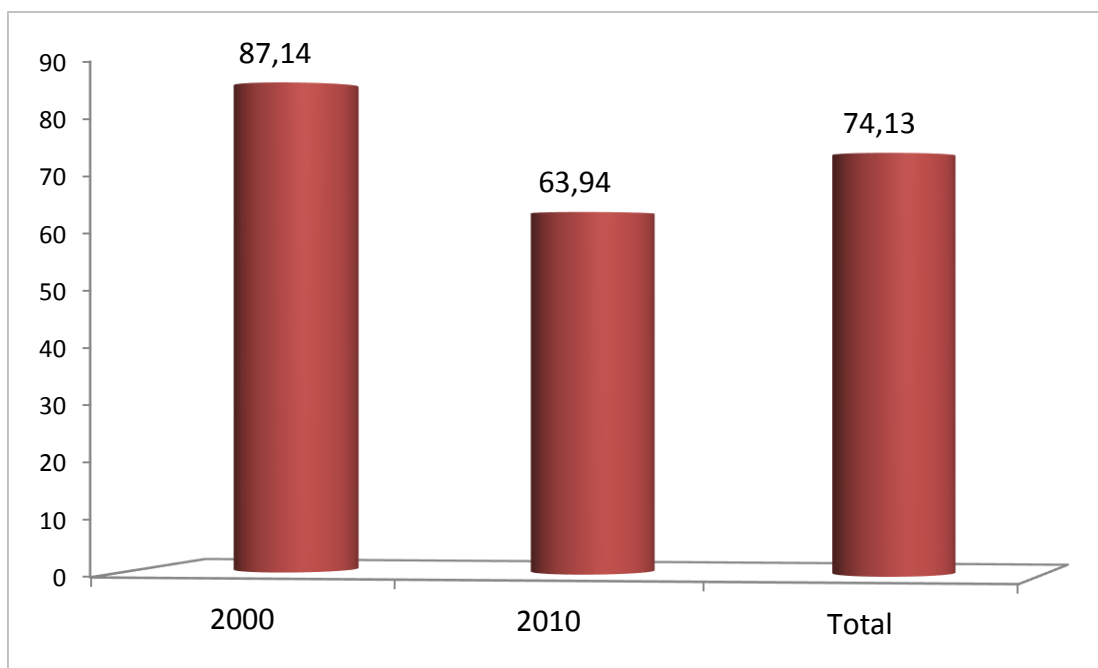


**Gráfico 3 - Sertãozinho: Taxa de analfabetismo de 2000 a 2010 (em %)**

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010

Com isso, é visível que houve uma redução na taxa de analfabetismo quando comparado o ano 2000 ao de 2010, mas que ainda é necessário promover políticas mais ativas a fim de reduzir ao máximo este dilema. Contudo, vale salientar que essa melhoria entre os anos citados anteriormente é devido a políticas sociais da esfera federal como o Bolsa Família, que garantiu melhorias no padrão de renda das famílias consideradas em extrema pobreza e pobres por meio da transferência de renda, com o objetivo principal da ascensão das classes sociais.

A região geoadministrativa a qual o município de Sertãozinho está inserido é composta por 24 municípios, dentre estes o que apresenta o Produto Interno Bruto, em valor adicionado, mais dinâmico da região é o município de Guarabira com R\$ 430.656,00 milhões de reais. Já o município de Sertãozinho encontra-se entre os seis municípios com menor dinamismo econômico, ficando acima apenas de Pilõezinhos, Duas Estradas, Logradouro, Serra da Raiz e Riachão, o seu PIB compreende a R\$ 25.477,00 milhões de reais, o que representa apenas 5,9% do PIB de Guarabira e 0,08% do PIB paraibano.



**Gráfico 4 - Sertãozinho: Proporção de pessoas com baixa renda em 2000 e 2010 (em %)**

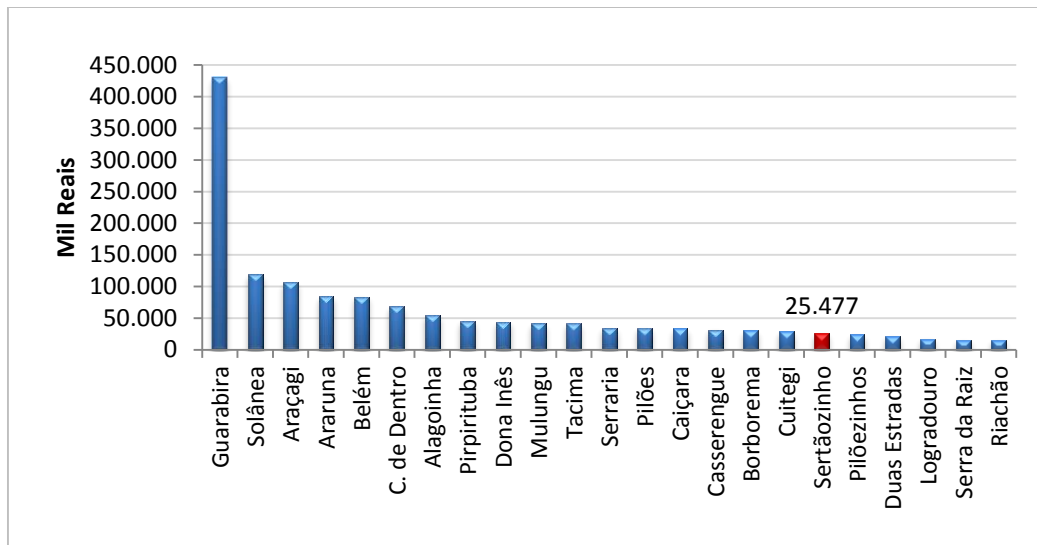
Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010

Quando compara-se o PIB de Sertãozinho com municípios que possuem uma dinâmica econômica mais ativa do que o mesmo, é possível perceber que existe na microrregião de Guarabira uma predominância do setor de serviços havendo uma menor participação da indústria, em municípios com menos de 20 mil habitantes.

O município de Guarabira é o mais dinâmico da microrregião e o que apresenta o maior produto interno bruto, como pode ser visto no GRÁFICO 5. Por ser uma das cidades mais populosas do estado da Paraíba, o referido município consegue agregar um maior número de empreendimentos produtivos e seus efeitos multiplicadores reverberam nas cidades circunvizinhas. Segundo fragmentos da fala da prefeita de Sertãozinho, a população desse município costuma adquirir produtos e usar os serviços bancários localizados em Guarabira, aspecto que limita a circulação de renda na cidade objeto de nosso estudo.

Quando se observa o PIB per capita, que representa a produção total do município dividido pelo número de habitantes, Sertãozinho ocupou na sua região geoadministrativa como o 5º maior PIB per capita em 2010, assumindo a cifra de R\$ 4.796,71. Contudo, vale informar que como para o cálculo do PIB per capita tem-se que levar em conta a composição da renda e, está por sua vez é influenciada por demais fatores, que não dependem apenas da dinâmica econômica local.





**Gráfico 5 - Sertãozinho: PIB municipal dentro da RGA em 2010 – (Valor adicionado em Mil Reais)**

Fonte: IBGE. Contas Municipais

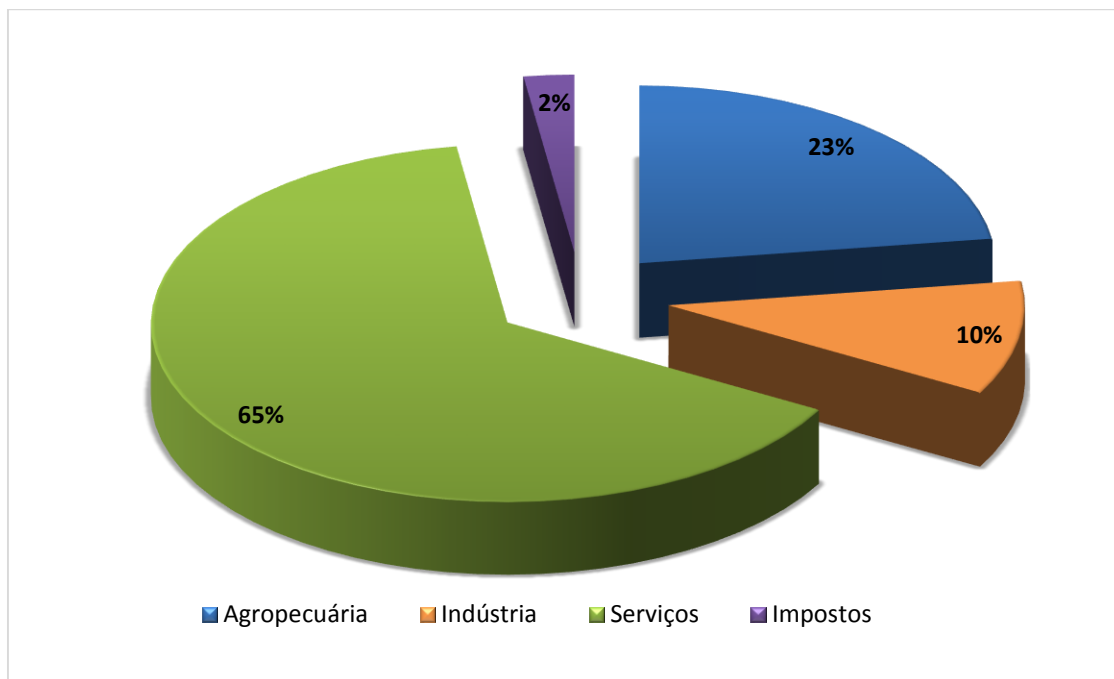
Quanto a composição da produção total de bens e serviços em Sertãozinho, segundo a atividade econômica, verificou-se que o setor de serviços chegou a representar 65% do PIB, seguido da agropecuária, com 23%, e da indústria, com 10%.



**Figura 4 – Município de Sertãozinho: Centro comercial da cidade**

Fonte: Arquivo pessoal. Pesquisa de campo (2013)

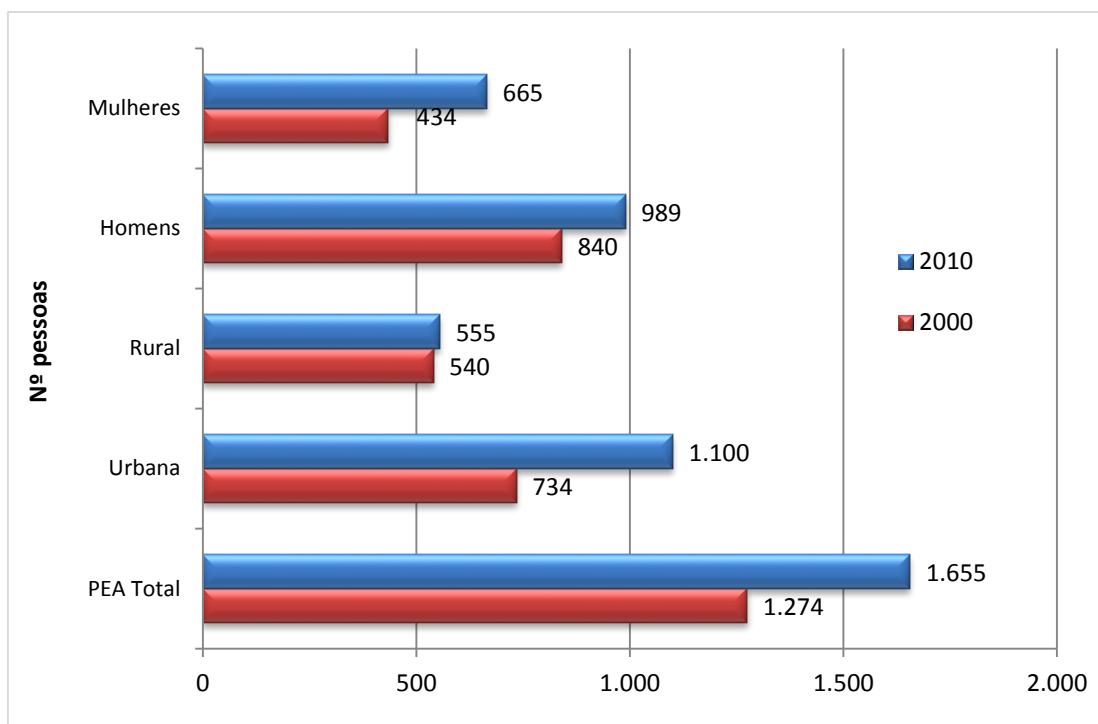
Diante disto, pode-se dizer que a atividade de serviços possui uma maior representação não só no PIB municipal como também acaba por proporcionar acesso ao mercado de trabalho por meio desta atividade.



**Gráfico 6 - Sertãozinho: Participação dos setores econômicos no VA do PIB em 2010**

Fonte: IBGE. Contas Municipais.

A População Economicamente Ativa (PEA) do município de Sertãozinho teve um crescimento de 30% em 2010 quando comparado a ano 2000, sendo resultado de um crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho que passou de 434 no ano 2000 para 665 em 2010, fato este que ligado a maior crescimento da população do sexo feminino na pirâmide etária do município ao longo do tempo. Já a participação do homem no mercado de trabalho passou de 840 em 2000 para 989 em 2010, tendo um crescimento, mas quando comparado em um espaço de tempo de 10 anos é possível notar que a dominância antes existente no ano 2000 vem se reduzindo. O crescimento em 30% da PEA em 2010 esteve ligado ao crescimento da participação urbana que teve um aumento de 50% neste ano, enquanto que a participação rural teve um crescimento menos expressivo de 3%.



**Gráfico 7 - Sertãozinho: População Economicamente Ativa em 2000 e 2010**

(Nº pessoas)

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

Diante disto, pode-se afirmar que é preciso uma maior atuação de políticas públicas neste município que visem uma maior dinâmica na geração de emprego e renda local, assim como uma maior atenção em setores que dinamizem mais a atuação do PIB municipal como a presença mais atuante de indústrias que acabam suprimindo a carência de emprego e renda, evitando que haja uma migração da população para as cidades circunvizinhas e evitando uma maior dependência da máquina pública.

### **4.3 Finanças públicas locais**

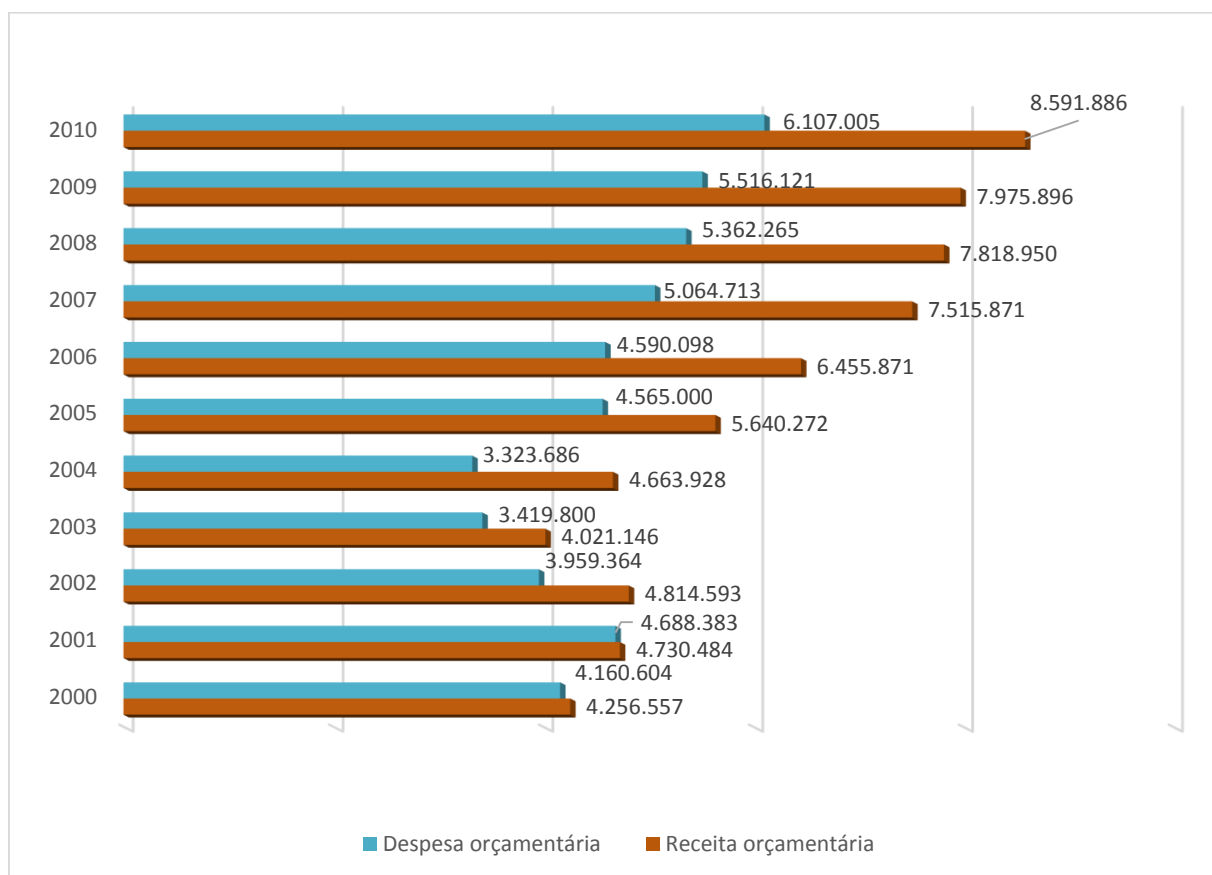
Quando se volta o olhar para as finanças públicas municipais objetiva-se verificar o grau de comprometimento dos gestores quanto ao equilíbrio orçamentário e a evolução das transferências de recursos federais para este município até o ano de 2012. Outro objetivo dessa sessão é analisar a composição das despesas por função programática e o índice de desenvolvimento municipal.

Quanto as receitas e despesas orçamentárias locais para os anos 2000 a 2010, é possível notar que o município de Sertãozinho conseguiu alcançar o superávit primário, pois sua receita superou a sua despesa orçamentária.



A partir do ano de 2002 em diante, pode-se notar que começou a existir um maior distanciamento entre a receitas e despesas, esse fenômeno pode ser explicado pelas adoções de políticas macroeconômicas adotadas no governo de FHC (1999 a 2002), que buscavam um maior comprometimento das esferas governamentais quanto ao equilíbrio e controle de suas contas, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, renegociação de dívidas dos estados e municípios, além da ampliação da receita do ICMS objetivando um maior repasse de recursos do estados para os municípios.

Diante das mudanças da política fiscal brasileira que começaram a atuar com maior efeito na segunda metade dos anos 2000, observa-se que a receita orçamentária do município de Sertãozinho passou de R\$ 5.640.272,00 em 2005, para R\$ 8.591.886,00 em 2010, fato este que está diretamente ligado aos repasses da esfera federal e dos tributos estaduais.



**Gráfico 8 – Sertãozinho: Receitas e despesas orçamentárias do município no período 2000 – 2010. (Ano base: 2010)**

Fonte: Ipeadata (elaboração própria)

Para a composição da receita tributária municipal tem-se que houveram crescimentos significativos tanto nas transferências estaduais, assim como no Fundo de Participação

Municipal (FPM) durante os anos 2000 – 2010. As transferências estaduais eram em 2000, R\$ 415.121,00 passaram para 1.218.732,00 em 2010. Não diferente do comportamento das transferências estaduais, o FPM, obteve ao longo do mesmo período, um crescimento de mais de 55%. Há portanto, uma grande dependência do município quanto aos repasses de outras esferas do governo devido a sua baixa capacidade fiscal.

**Tabela 1 – Sertãozinho: composição da receita tributária no período de 2000 – 2010 em R\$ (ano base: 2010)**

Anos	Transferências estaduais	Receita própria	FPM
2000	415.121	28.934	3.015.108
2001	472.462	62.753	3.162.364
2002	440.173	88.624	3.443.582
2003	394.283	79.750	2.981.212
2004	561.744	94.582	3.052.963
2005	940.479	122.276	3.649.232
2006	1.138.880	115.527	4.031.252
2007	1.210.592	123.315	4.546.250
2008	1.139.058	126.086	4.893.228
2009	980.968	110.362	4.605.490
2010	1.218.732	131.878	4.682.740

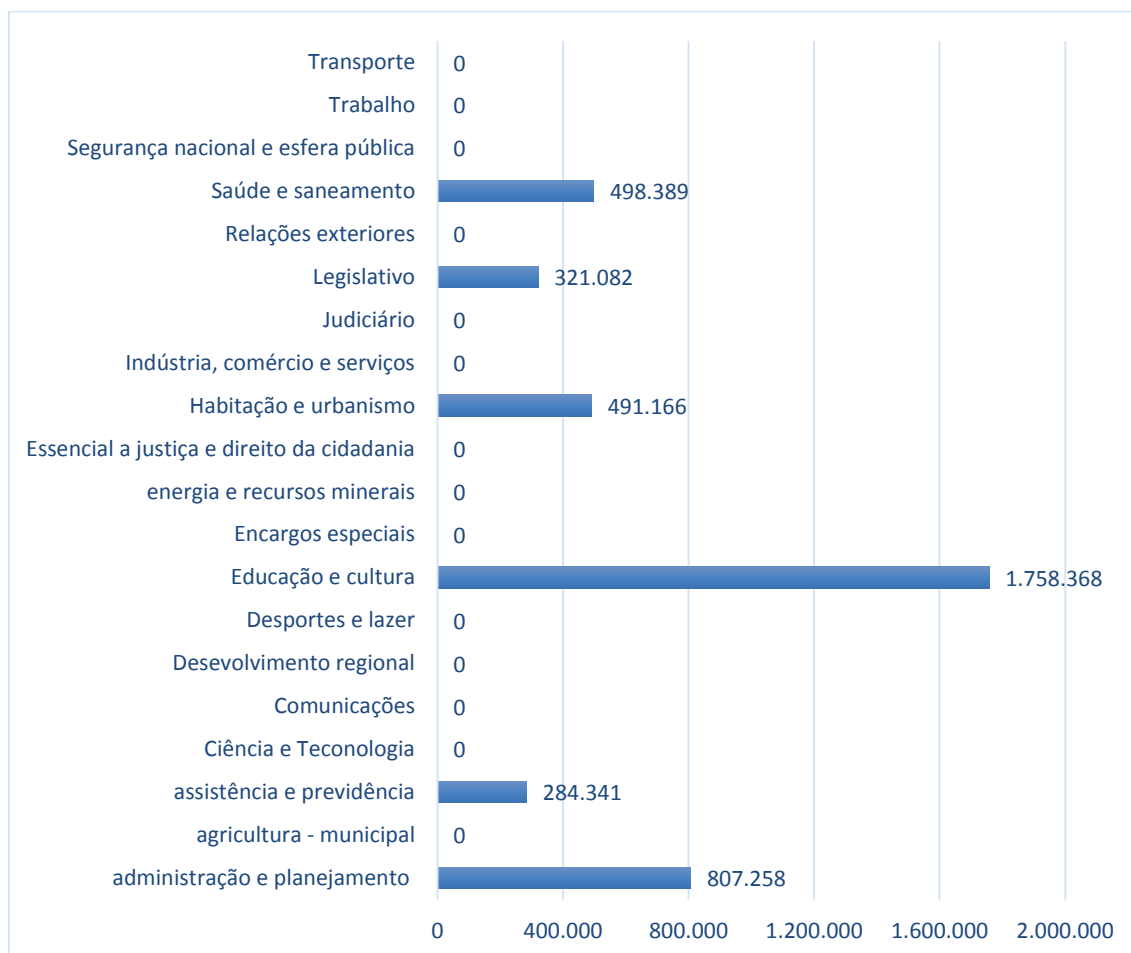
Fonte: Ipeadata (elaboração própria)

No que se refere à atuação municipal no âmbito das políticas sociais é possível observar que o principal foco municipal foi atender as áreas de educação e cultura com R\$ 1.758.368, contudo esse investimento público em educação e cultura está diretamente ligado aos repasses do governo federal por meio do FUNDEF e posteriormente FUNDEB, para melhoria da qualidade do ensino fundamental.

Outras áreas que se destacam são as de agricultura, trabalho, transportes, deportes e lazer que no ano 2000 não tiveram investimento por parte do município, fator este que provavelmente este atrelado a política adotada pelo município na época.

Na área de saúde e saneamento houve investimento no valor de R\$ 498.389,00, resultante de repasses do Sistema Único de Saúde (SUS). Já quando atenta-se que neste mesmo ano o investimento no Legislativo que foi de R\$ 321.082, valor este que superou o que se investiu na previdência e assistência social, que foi de R\$ 284.341, logo pode-se afirmar que

neste sentido deixou-se de priorizar uma área a qual é carente e com um contingente populacional maior para atender aos seus representantes políticos.



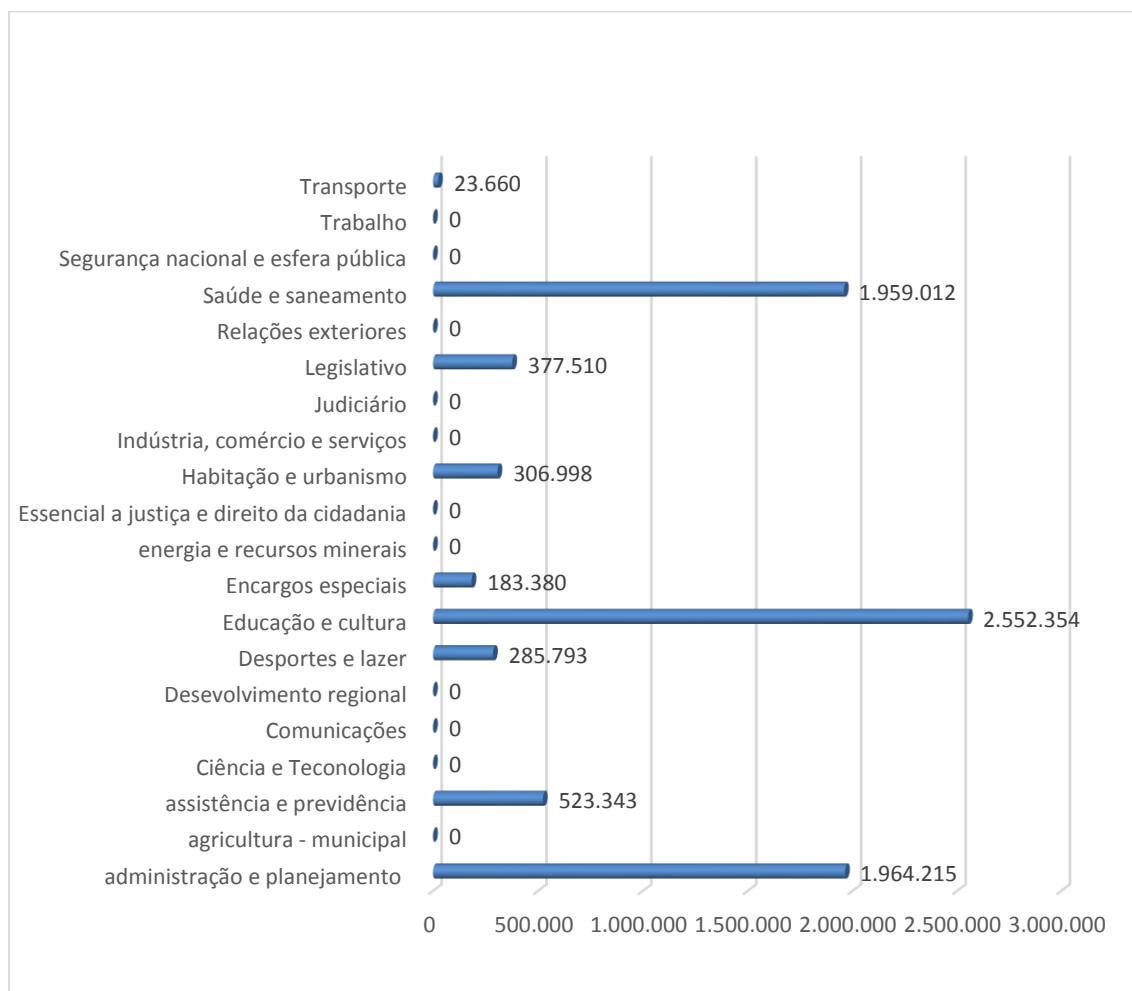
**Gráfico 9 - Sertãozinho: despesas por função no ano 2000 em R\$ (ano base: 2010)**

Fonte: Ipeadata (elaboração própria)

Ao se observar a distribuição das despesas orçamentárias por função programática em 2010 (GRÁFICO 10), pode-se perceber que houve algumas mudanças pois áreas que antes não estavam sendo priorizadas no ano 2000, como transporte (R\$ 23.660), e desportes e lazer (R\$ 285.793) foram contempladas, contudo foram investimentos não tão expressivos mas que já mostra uma certa atenção da máquina pública local.

As áreas de educação e cultura, saúde e saneamento, habitação e urbanismo e assistência social tiveram investimentos um pouco mais expressivos no ano 2010 quando comparado ao de 2000. Um ponto importante foi o aumento de 293,0% no investimento na área de saúde e saneamento em relação a 2000, resultante de uma maior atenção dos recursos destinados do

SUS e de programas governamentais a nível local que melhoraram a aplicação do investimento nesta área.



**Gráfico 10 - Sertãozinho: despesas por função no ano 2010 em R\$ (ano base: 2010)**

Fonte: Ipeadata (elaboração própria)

A baixa receita própria é uma realidade comum para os pequenos municípios que possuem menor grau de desenvolvimento. Existe uma certa dependência das transferências de amplitude federal e estadual, logo é possível observar que Sertãozinho segue este mesmo caminho como pode ser observado quando analisa-se a relação entre a receita corrente e a receita de capital.

As transferências constitucionais quando analisadas apresentam como é determinada a realidade dos municípios por meio de sua dependência das esferas de ordenamento superior. Para o município de Sertãozinho, fez-se uma análise no espaço temporal compreendido nos anos 2000 a 2012 (Tabela 2). Com isso, tem-se que a maior parcela das transferências correntes para este município é composta pelo FPM, onde este tem como objetivo transferir recursos para

os municípios a fim de que estes possam ter uma pequena margem de receita para promover políticas públicas para a sua população. Correspondentes para preços correntes de 2010, o município de Sertãozinho teve aumentos significativos no FPM, que chegou a atingir em 2012 o valor de R\$ 4.166.120,5.

Outra categoria de repasse federal que possui maior destaque quanto as transferências para o município de Sertãozinho são aqueles destinados à educação, sendo a princípio o FUNDEF que vigorou até 2006 e foi substituído pelo FUNDEB, por meio de um objetivo maior que é disponibilizar educação básica, ou seja, em todas as categorias de ensino a fim de melhorar os indicadores de educação do país e reduzir o analfabetismo. Logo, é perceptível o aumento quando houve a mudança de categoria do FUNDEF para o FUNDEB, chegando a alcançar em 2012 o valor de R\$ 1.729.887,9.

**Tabela 2 - Sertãozinho: transferências constitucionais federais 2000 – 2012 (em R\$ a preços de 2010)**

ANO	FPM	ITR	LC 87/96	CIDE	FEX	FUNDEF	FUNDEB	TOTAL
2000	2.561.435,6	409,2	5.027,7	0,0	0,0	398.282,1	0,0	2.965.154,5
2001	2.687.983,9	192,4	4.538,1	0,0	0,0	498.059,0	0,0	3.190.773,3
2002	2.927.045,0	490,0	4.478,8	0,0	0,0	606.198,9	0,0	3.538.212,7
2003	2.534.031,5	372,0	3.027,5	0,0	0,0	569.224,9	0,0	3.106.655,8
2004	2.595.020,0	323,6	4.229,5	14.189,7	6.552,2	585.725,0	0,0	3.206.040,0
2005	3.101.847,9	117,4	5.758,4	21.412,8	11.081,5	671.967,5	0,0	3.812.185,5
2006	3.426.564,8	212,7	3.485,6	21.021,3	17.264,1	795.157,7	0,0	4.263.706,3
2007	3.797.005,3	267,6	3.348,6	20.472,5	14.835,0	0,0	1.012.341,1	4.848.270,1
2008	4.034.187,4	235,1	2.622,8	15.376,0	8.256,8	0,0	1.250.568,0	5.311.246,2
2009	3.723.694,5	133,2	2.055,5	9.064,9	2.748,6	0,0	1.467.922,7	5.205.619,3
2010	3.785.387,8	963,9	2.075,2	15.759,9	2.514,6	0,0	1.424.824,3	5.231.525,6
2011	4.282.153,5	213,3	1.557,3	17.108,7	2.102,5	0,0	1.671.571,8	5.974.707,1
2012	4.166.120,5	0,0	1.026,0	8.649,4	1.443,1	0,0	1.729.887,9	5.907.126,9

Fonte: Tesouro Nacional (elaboração própria)

O investimento público compreende as despesas as quais a esfera municipal tem para provimento de serviços públicos, assim como a manutenção e funcionamento administrativo

sendo todos estes de categoria local. E as consideradas despesas de capital contribuem diretamente para a aquisição ou formação de um bem de capital.

No Brasil estava havendo no período de 2000 a 2003 um aperto quanto a política fiscal adotada no país a fim de controlar os gastos de todos os entes federados. Seguida da Lei de Responsabilidade Fiscal, no ano 2000, teve papel fundamental para a criação de mecanismos que facilitassem a fiscalização da alocação das despesas e planejamentos locais. No município de Sertãozinho ocorreram também quedas consideráveis quanto a despesa corrente no período de 2000 a 2003, indicando uma redução de R\$ 1.196.503.

As despesas de capital, foram menos expressivas quando comparadas com a despesa corrente tendo o seu maior valor atingindo no ano de 2002 com R\$ 889.125,00, valendo uma ressalva que no ano de 2004 o valor das despesas de capital não estava disponível para consulta.

A participação das despesas correntes no ano de 2003 reduziu para 77,5% e só começa a expandir a partir de 2005 tendo o seu ápice de participação no total da despesa corrente, devido a ampliação dos recursos financeiros advindos do governo federal para melhorias nas prestações de serviços voltados a saúde e educação. Em 2010, tendo em termos reais atingido aproximadamente R\$ 5,3 milhões.

Os índices de gestão fiscal e de desenvolvimento social são indicadores realizados pela Sistema FIRJAN, com o objetivo de avaliar o nível da gestão fiscal e desenvolvimento no país por meio de um análise sobre a realidade municipal dos estados brasileiros.

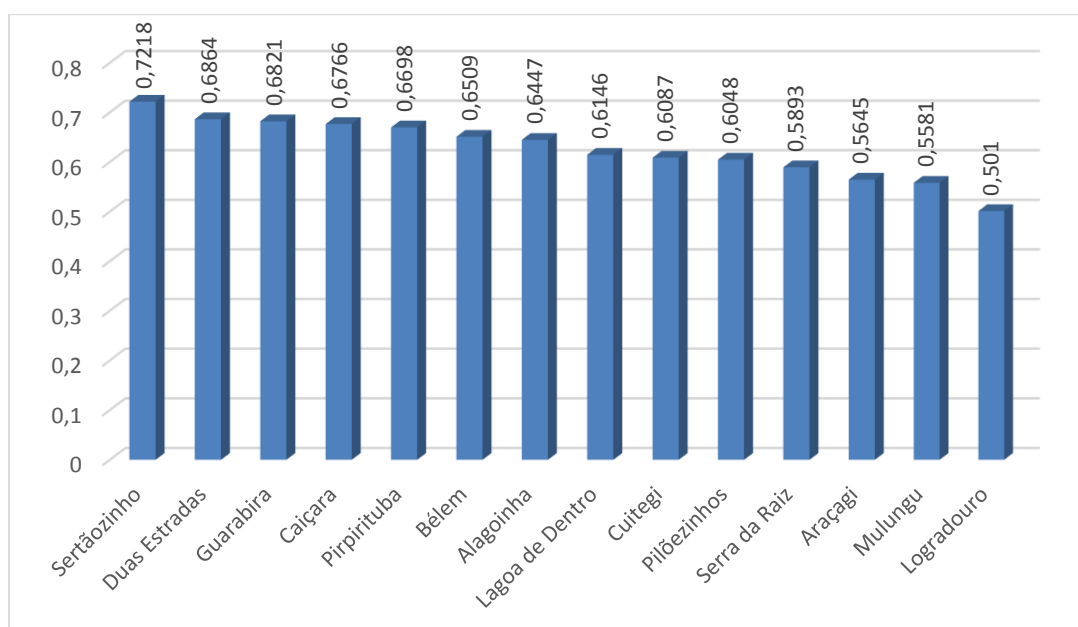
Logo será realizada a análise destes índices comparando a situação municipal de Sertãozinho a microrregião de Guarabira, à qual o mesmo faz parte, assim como ver a sua situação quanto ao Estado da Paraíba e sua capital.

O índice FIRJAN de desenvolvimento municipal como mencionado anteriormente na metodologia deste trabalho, analisa as áreas de emprego e renda, educação e saúde, com base em dados coletados dos seus respectivos ministérios. Utilizando como metodologia de avaliação compreendida entre 0 a 1, sendo respectivamente um município considerado com padrão de desenvolvimento em zero, insatisfatório grau de desenvolvimento, e 1 (um) com padrões satisfatórios de desenvolvimento.

Para o indicador de educação do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), tem-se como parâmetro as variáveis: taxa de matrícula na educação infantil, taxa de distorção idade-série, taxa de abandono, percentual de docentes com ensino superior, médias de horas aula diárias e o por fim, o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Logo, o município de Sertãozinho quando comparado o seu indicador de educação a capital paraibana e ao Estado da Paraíba, possui um destaque quando aos mesmos por superá-los com

0,7218 pontos, enquanto que João Pessoa apresenta-se com 0,6905 seguido do indicador da Paraíba com 0,6548.

Quanto a microrregião a qual faz parte Sertãozinho se destaca em primeiro lugar superando o município de Guarabira. E com uma taxa de conclusão no ensino fundamental e médio quando somados em 2010 esse percentual atinge 96,2%, o que indica que há um maior interesse da gestão municipal em melhorar o indicador de alfabetização de jovens e adultos, os mantendo por mais tempo na escola e consequentemente por meio incentivo federais como o Bolsa Família que dentro de sua metodologia exige que aquele que o recebe esteja devidamente matriculado em uma escola e cursando.



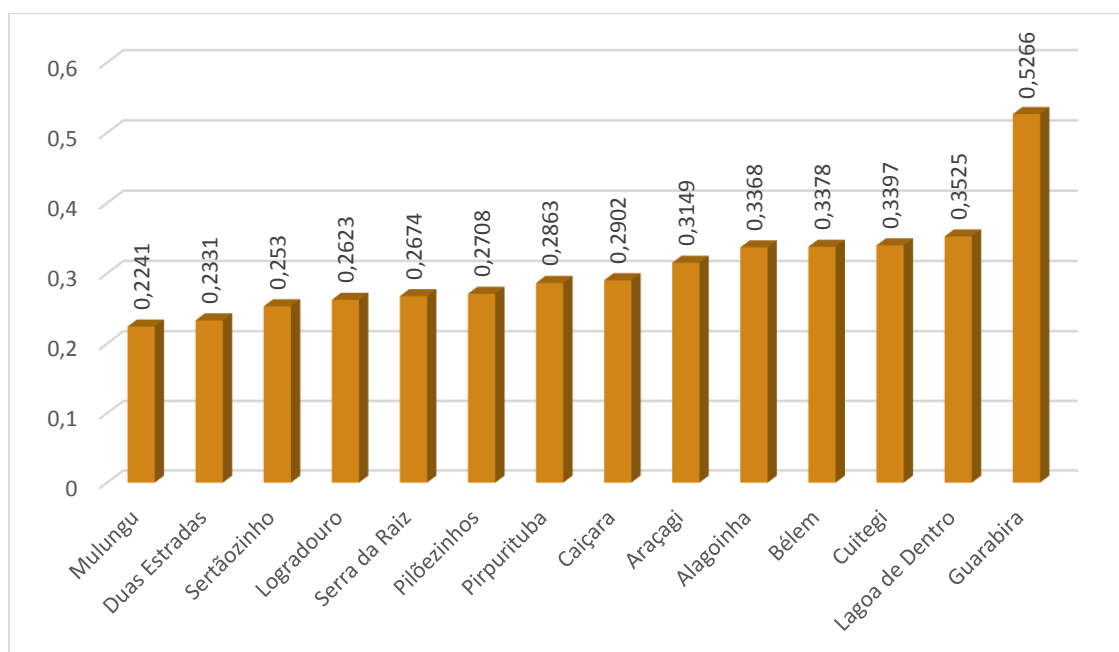
**Gráfico 11 - Microrregião de Guarabira – índice de Educação 2010**

Fonte: Ipeadata (elaboração própria)

O índice FIRJAN de Desenvolvimento municipal na área de emprego e renda leva em consideração o estoque de emprego formal, os salários médios no emprego formal e a geração de emprego e renda formal. Logo pode-se observar no GRÁFICO 12, que o município de Sertãozinho no tocante a este índice apresentou um baixo desempenho em 2010, com um índice de 0,2530, valor este inferior ao do município de João Pessoa e ao estado da Paraíba. Uma das explicações para esse baixo desempenho pode ser dada por ser uma economia local pouco dinâmica e com baixa atividade industrial o que limita o maior circuito de renda da população residente, além de uma forte dependência da administração pública para empregar a população local, resultando assim em baixos salários.

Quando volta-se o olhar para a microrregião de Guarabira, o índice de emprego e renda do município de Sertãozinho apresenta-se como o terceiro pior grau de satisfação. Contudo, vale ressaltar que nenhum município localizado nesta microrregião apresentou acima 0,60. Onde uma justificativa pertinente para o desempenho insatisfatório deste município é que o mesmo apresenta-se com pouco dinamismo econômico o que diretamente atinge as questões de emprego e consequentemente de renda.

Observa-se que o município que apresentou maior destaque no IFDM de emprego e renda foi Guarabira, que já tinha sido evidenciado quanto a dinâmica do PIB dentro da região geoadministrativa, pois este município é que agrega uma maior dinâmica econômica da microrregião de Guarabira, indicando assim uma maior geração de emprego e renda.



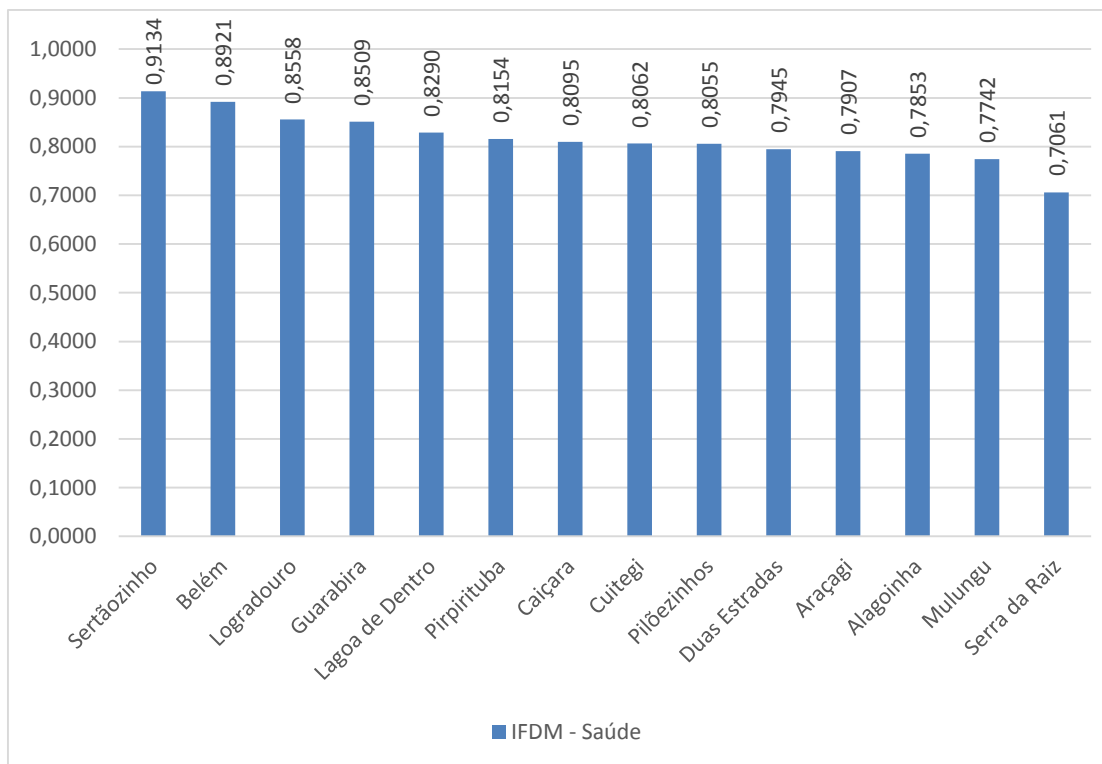
**Gráfico 12 - Microrregião de Guarabira – índice de Emprego e Renda 2010**

Fonte: Ipeadata (elaboração própria)

O que apresentou o pior indicador dentro da microrregião foi o município de Mulungu, que não diferente de Sertãozinho teve uma baixa dinâmica econômica o que resulta em uma menor oferta de emprego local e consequentemente um baixo nível de renda.

O IFDM de saúde leva em consideração dados do ministério da Saúde e as seguintes variáveis como parâmetro: o número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis. Percebe-se, no GRÁFICO 13, a posição de destaque de Sertãozinho quanto a sua microrregião, com um índice de 0,9134, enquanto que Guarabira (principal município) ficou com apenas 0,8509.





**Gráfico 13 – Microrregião de Guarabira - IFDM– índice de Saúde 2010**

Fonte: Ipeadata (elaboração própria)

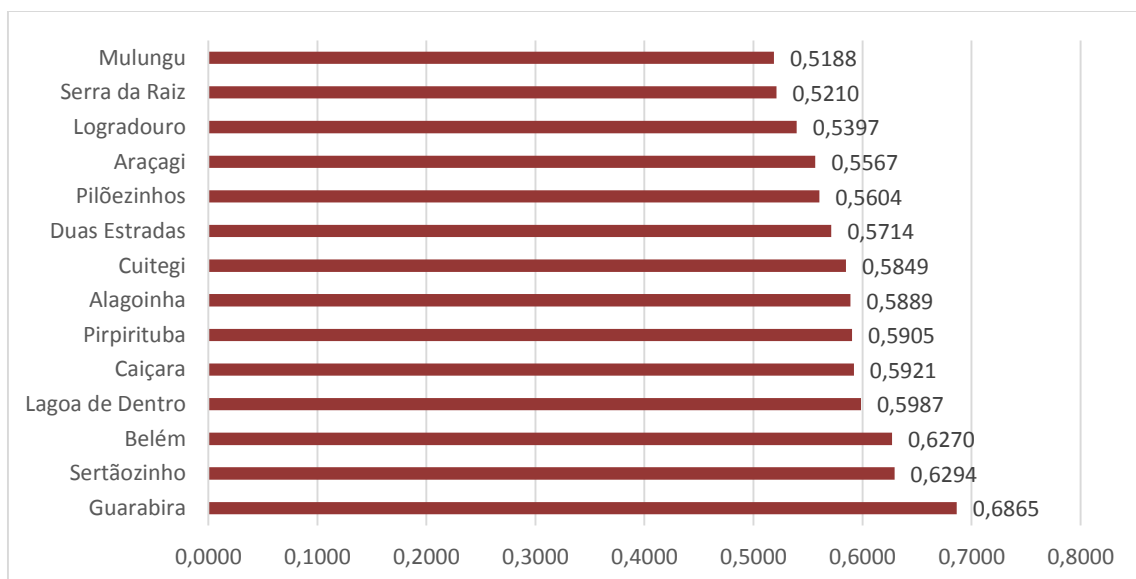
Sertãozinho, quando comparado a nível estadual, superou os índices de João de Pessoa e da Paraíba, o que evidencia que o município possui bons indicadores de saúde. Sendo este reflexo de certo comprometimento local para a diminuição de óbitos infantis e de uma maior atenção a gestante, além de acesso a policlínica local com atendimento em outros segmentos da área de saúde, principalmente com maior atenção a criança e ao idoso.

O município de Sertãozinho, observado no âmbito da microrregião de Guarabira no IFDM apresentou a segunda melhor posição em 2010, com 0,6294 pontos, atrás apenas do município de Guarabira. Fato este como já visto anteriormente decorrente de uma maior atenção de políticas públicas voltadas para as áreas da educação e da saúde



**Figura 5 – Município de Sertãozinho: Policlínica Sertãozinhense**

Fonte: Arquivo pessoal. Pesquisa de campo (2013)

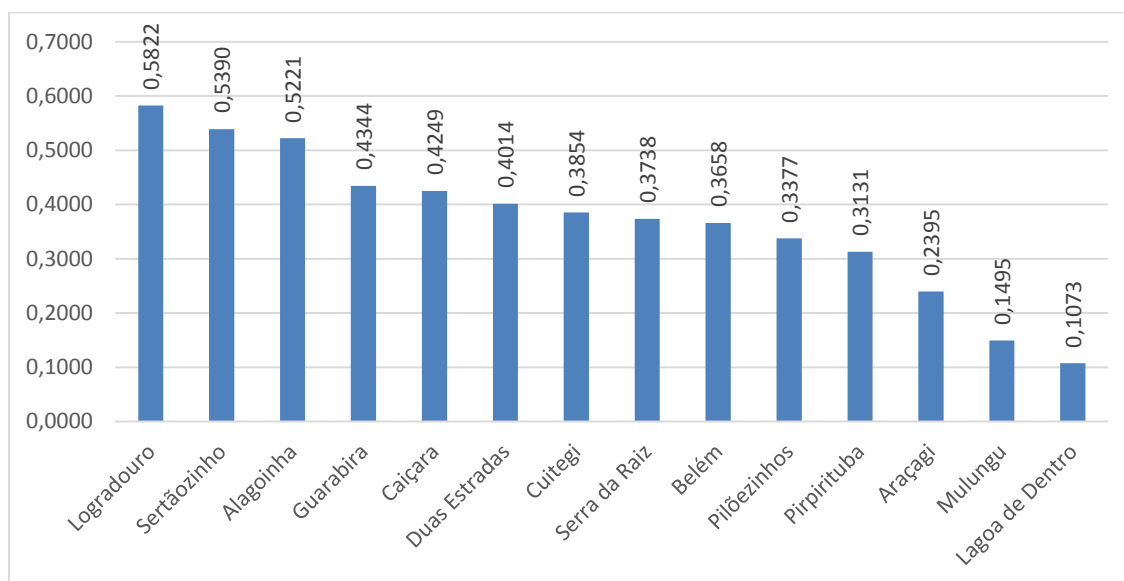


**Gráfico 14 - Microrregião de Guarabira – IFDM - 2010**

Fonte: Ipeadata (elaboração própria)

No entanto, é preciso um olhar mais atento para a questão do emprego e da renda, pois este indicador está diretamente relacionado a dinâmica econômica local, o que nos diz que é necessária a busca por maiores incentivos para dinamizar o cenário local, com maiores atenções para a indústria, setor este que gera emprego e evita o sufocamento da máquina pública local.

Outro indicador de desempenho utilizado pelo sistema FIRJAN é o índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), onde como o próprio nome diz tem como objetivo avaliar o desempenho da gestão fiscal dos municípios. Ele avalia a receita própria, pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida, tendo como base de cálculo dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Através disso o IFGF varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo zero considerada uma “gestão crítica” e um uma gestão dita de “excelência”.



**Gráfico 15 - Microrregião de Guarabira – IFGF - 2010**

Fonte: Ipeadata (elaboração própria)

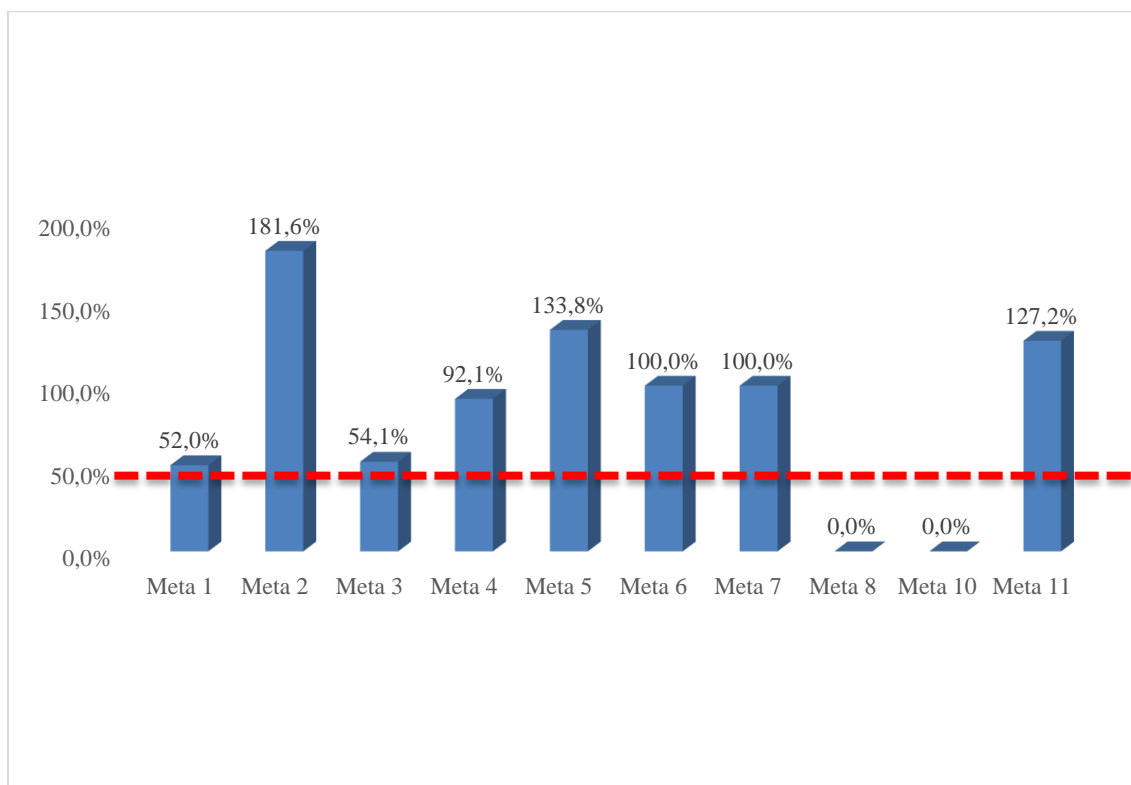
Quanto a gestão fiscal e a sua precariedade municipal uma justificativa para este resultado é a sua inexpressiva receita própria, que representa apenas 2% da receita orçamentária municipal, em 2010. Outra justificativa é o baixo investimento em apenas 0,4170 pontos do município, o que dificulta melhorias na qualidade de vida populacional.

Diante disto, tem-se que no IFGF, este município apresentou 0,5390 pontos, sendo considerado pelo Sistema FIRJAN uma “gestão com dificuldades”.

#### **4.4 Sertãozinho e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**

Esta sessão dedica-se a mostrar o grau de comprometimento do município de Sertãozinho em atingir a metas atribuídas pelo ODM em 2000, é possível notar que este município tem um certo comprometimento quanto ao alcance das metas do ODM, contudo vale ressaltar que metas consideradas importantes como a redução da quantidade de pessoas na linha

de pobreza, o acesso ao ensino fundamental a todas as crianças, a reversão da propagação da malária e outras doenças, assim como o acesso a água potável para toda a população, são indicadores que precisam de uma maior atenção para que não só essas metas sejam alcançadas, mas também para que o município alcance uma melhor padrão de desenvolvimento por meio de uma maior assistência social.



**Gráfico 16 - Sertãozinho: Percentual de alcance das metas - 2014**

Fonte: Portal ODM

Meta 1 – Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza;

Meta 2 – Reduzir pela metade, até 2015 a proporção da população que sofre de fome;

Meta 3 – Garantir que, até 2015, todas as crianças, terminem o ensino fundamental;

Meta 4 – Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio até 2015;

Meta 5 – Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos;

Meta 6 – Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna;

Meta 7 – Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS;

Meta 8 – Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças;

Meta 10 – Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura;

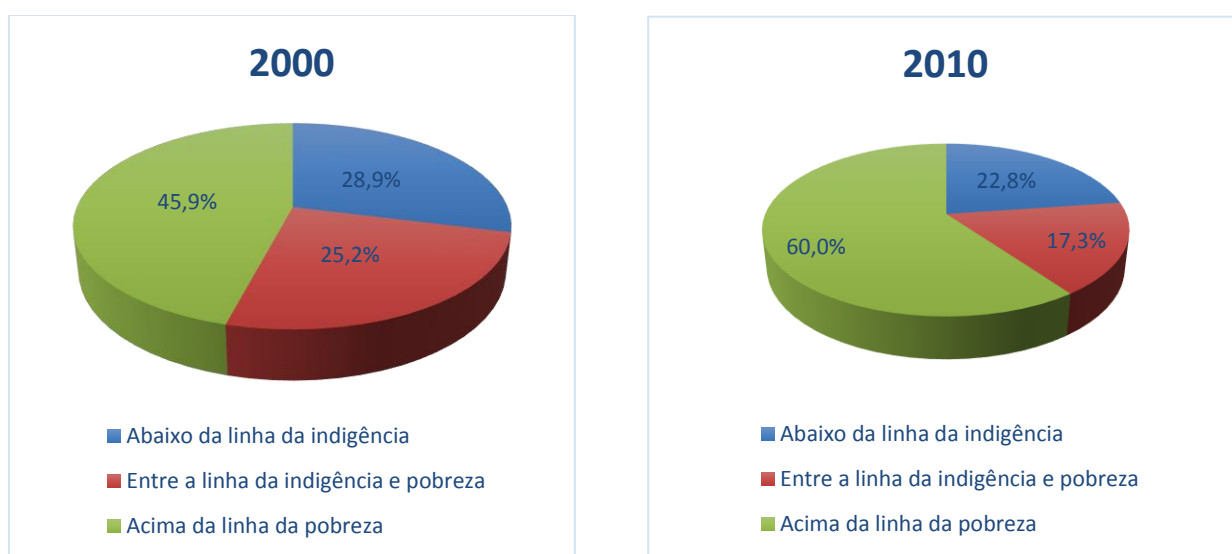
Meta 11 – Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a saneamento e serviços essenciais.

Uma das grandes preocupações que assolam o mundo e consequentemente o Brasil e os seus municípios são as questões ligadas a fome a miséria, diante disto, esta problemática

encontra-se como a primeira meta do ODM tendo como objetivo principal acabar de vez com esse dilema.

O município de Sertãozinho, de acordo com o Relatório do Portal ODM (2014) encontra-se com 52% de meta alcançada, contudo ainda é preciso atingir 48% para que esta meta seja cumprida com sucesso. Logo, o objetivo do GRÁFICO 17 é mostrar como o município de Sertãozinho evoluiu ao longo de 10 anos quanto a sua proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência.

O IBGE utilizou como método para este cálculo a soma de todas as rendas das pessoas que residem neste município, sendo excluídos pessoas com laços de parentesco ou de convivência com o responsável pelo domicílio, dividindo pelo número de moradores. Através disto foram consideradas pessoas ou famílias abaixo da linha da pobreza aquelas com renda per capita de até R\$ 140,00 e, pessoas ou famílias na linha de indigência aquelas com renda inferior a R\$ 70,00.

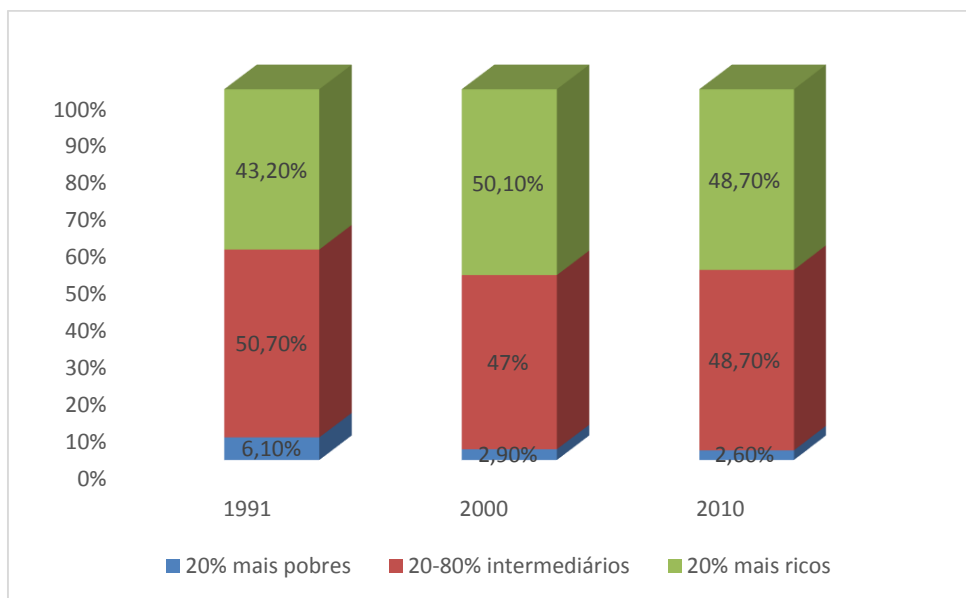


**Gráfico 17 - Sertãozinho: Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – 2000/2010**

Fonte: Portal ODM

Logo, é notório que, no ano 2000, a população que encontrava-se abaixo da linha da pobreza era 28,9% e entre a linha da indigência e de pobreza 25,2%, totalizando em 54,1% a população que vivia com renda domiciliar inferior a R\$ 140,00. Já em 2010, houve um aumento no total de pessoas que estavam acima da linha da pobreza que foi para 60% da população, indicando que apenas 40% encontrava-se com renda domiciliar abaixo de R\$ 140,00.

Outro importante fator para analisar a questão da pobreza em Sertãozinho é por meio da distribuição da riqueza gerada no município que tem como principal foco a desigualdade quanto ao nível de renda.



**Gráfico 18 - Sertãozinho: Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população – 1991/2000/2010**

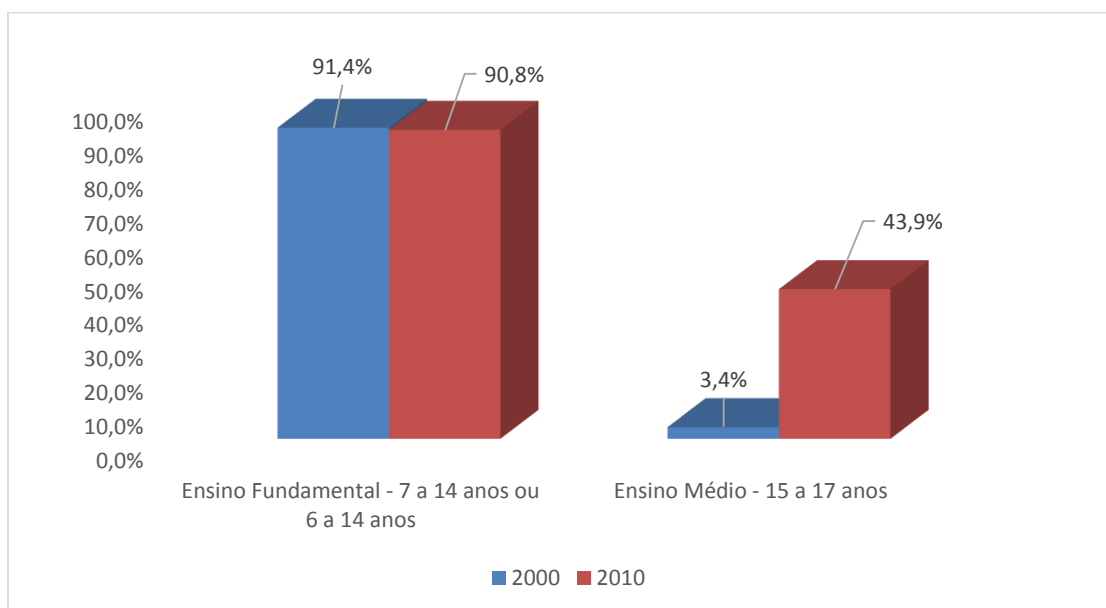
Fonte: Portal ODM

Em 1991, o percentual da riqueza que ficava com os 20% mais pobres eram de 6,1%, enquanto que 43,2% ficavam concentrados como os 20% mais ricos. Em 2000, houve um aumento significativo da apropriação da renda por parte dos 20% mais ricos, acentuando ainda mais a questão da desigualdade na região, pois houve uma queda significativa da participação da renda dos 20% mais pobres. Em 2010, teve um pequeno decréscimo na participação dos 20% mais ricos, mas que não foi destinada esta mudança para aumentar a renda por parte dos 20% mais pobres, ficando este último estagnado. Com isso, pode-se dizer que nestes períodos analisados houve uma certa concentração da renda por parte da minoria (ricos) enquanto que a sua maioria ficava com uma fração ínfima para atender as suas necessidades.

Diante disto, fica evidente que é preciso uma maior atenção as camadas menos favorecidas para que assim, não só seja alcançada a meta de erradicação da pobreza e da miséria neste município como também de possíveis dilemas associados a esta carência de atenção por meio de políticas que visem a ascensão desta classe.

No que tange a educação é visível que há certo comprometimento do município em garantir educação de qualidade para todos, principalmente no ensino fundamental a qual é de

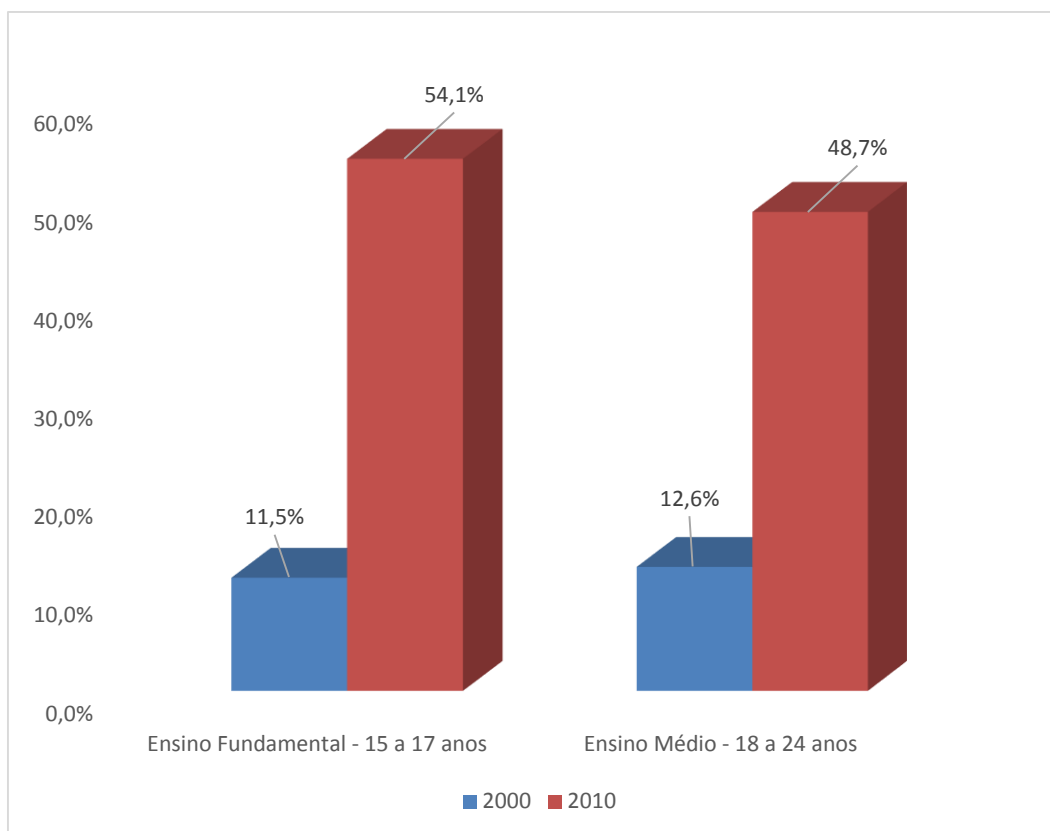
responsabilidade o fornecimento por meio do município. Logo, de acordo com GRÁFICO 18 houve um aumento significativo de crianças e jovens que estavam cursando o ensino fundamental, passando de 11,5% em 2000 para 54,1% em 2010, e no ensino médio de 12,6 % para 48,7%. Contudo ainda são necessários maiores incentivos para que todos tenham educação, pois 9,3% das crianças não frequentavam o ensino fundamental e 56,1% o ensino médio, em 2010.



**Gráfico 19 - Sertãozinho: Taxa de frequência líquida no ensino fundamental e médio – 2000/2010**

Fonte: Portal ODM

Outro indicador que mede a qualidade educacional municipal está ligado a taxa de conclusão do ensino fundamental e médio, onde este é importante porque através deste pode-se ter um certo mapeamento no tocante ao percentual de pessoas alfabetizadas. No que compete ao município, o ensino fundamental, é notável o salto que houve de 11,5% para 54,1%, do ano 2000 para 2010. Uma explicação plausível para este avanço do município foi o programa da esfera federal o Bolsa Família, que dentro de suas competências tem como finalidade fornecer um auxílio na renda das famílias que encontram-se na linha de pobreza e extrema pobreza, contanto que as crianças estejam devidamente matriculadas e frequentando a escola. Quando somados o percentual de alfabetização de jovens e adultos chega a 96,2%, em 2010, o que nos mostra que o município está empenhado em fornecer educação para a sua população, e consequentemente ampliar a renda da sua população porque com pessoas mais qualificadas e capacitadas é possível melhorar a qualidade de vida da população.



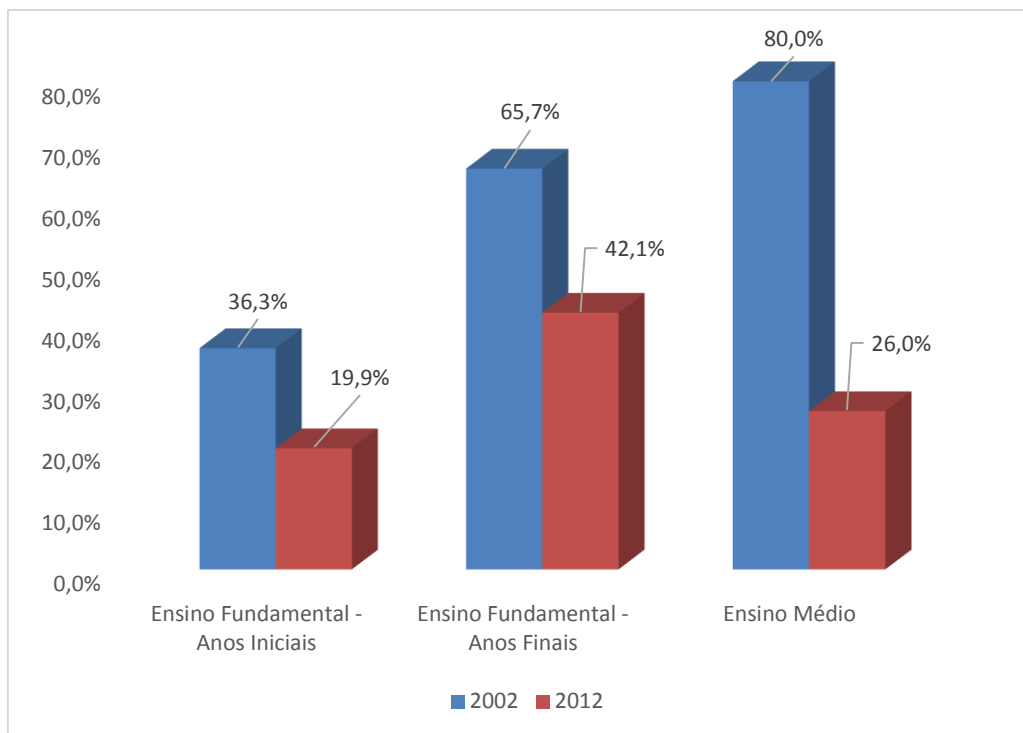
**Gráfico 20 - Sertãozinho: Taxa de conclusão no ensino fundamental e médio – 2000/2010**

Fonte: Portal ODM

O Ministério da Educação classifica que o aluno está com distorção idade-série quando existe uma diferença de dois ou mais anos para a idade do aluno e a idade prevista para a série cursada.

Com isso, a realidade municipal de Sertãozinho revela um maior percentual de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental e esse indicador vai piorando ao longo dos níveis de ensino. Em 2002, o percentual do ensino fundamental nos anos iniciais era de 36,2%, nos anos finais 65,7% e no ensino médio 80%. Já em 2012, houveram reduções significativas em todos os períodos, mas que este indicador deve ser reduzido a zero.





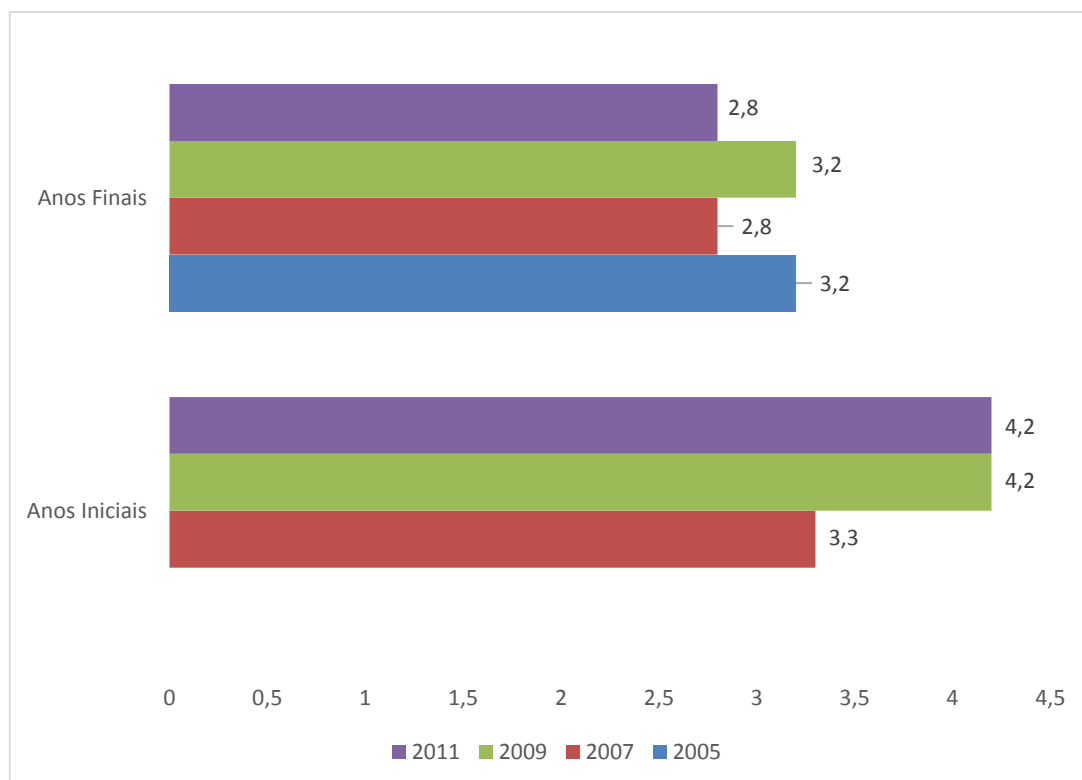
**Gráfico 21 - Sertãozinho: Distorção idade-série no ensino fundamental e médio – 2002/2012**

Fonte: Portal ODM

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que mede o rendimento das escolas por meio da Prova Brasil, sendo esta aplicada no ensino fundamental tanto nos anos iniciais como nos anos finais, valendo de zero a dez.

Nos anos iniciais houve um pequeno crescimento deste índice, valendo salientar que para o ano de 2005 não havia o valor da nota. Quanto aos anos finais houveram variações entre os anos 2005, 2007, 2009 e 2011, sendo respectivamente 3,2, 2,8, 3,2 e 2,8.

Diante disto o município atingiu em 2011, a posição 44<sup>a</sup> para os anos iniciais e a 145<sup>a</sup> para os anos finais, dentro do estado paraibano. Quando volta-se o olhar para todos os municípios brasileiros sua posição é de 3.548<sup>a</sup> nos anos iniciais e 4.891<sup>a</sup> nos anos finais. Mas vale salientar que o resultado do município de Sertãozinho não difere da realidade brasileira, pois em 2011, apenas 711 municípios brasileiros atingiram nota acima de 6,0 para os anos iniciais e quanto aos anos finais esta realidade é ainda mais dura, pois só 10 municípios atingiram nota acima de 6,0.

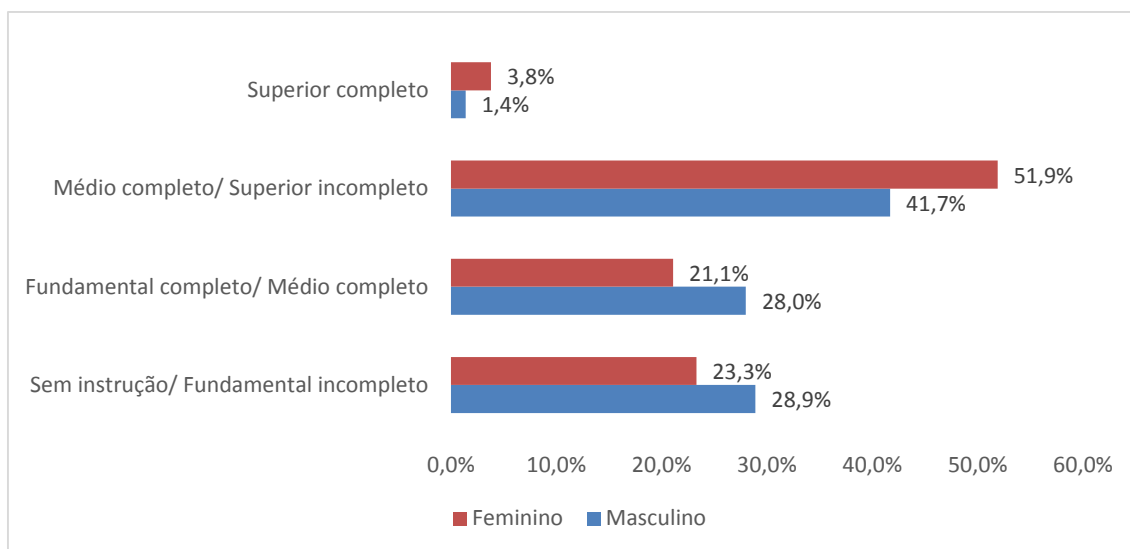


**Gráfico 22 - Sertãozinho: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – 2005/2007/2009/2011**

Fonte: Portal ODM

Uma das metas do ODM está ligada a garantir a igualdade de sexo perante aos gêneros e a valorização da mulher, logo Sertãozinho de acordo com o Censo Demográfico (IBGE), apresenta-se com uma maior participação feminina, diante disto é preciso políticas públicas que busquem a inserção da mulher no mercado de trabalho, assim como políticas voltadas para a saúde da mulher.

No ano de 2010, é possível afirmar que as mulheres tinham mais anos de estudo do que os homens. Ressalta-se o maior destaque feminino tanto ensino médio completo como no ensino superior, respectivamente com 51,9% e 3,8%.



**Gráfico 23 - Sertãozinho: Percentual da população de 18 a 24 anos, segundo o nível de instrução - 2010**

Fonte: Portal ODM

Mesmo com um maior grau de instrução ainda neste município há uma menor representação feminina no mercado de trabalho com apenas 47,4% em 2012, além disto existe também uma desigualdade salarial entre homens e mulheres, o que demonstra que ainda existe um certo preconceito quanto a mulher exercer uma profissão.

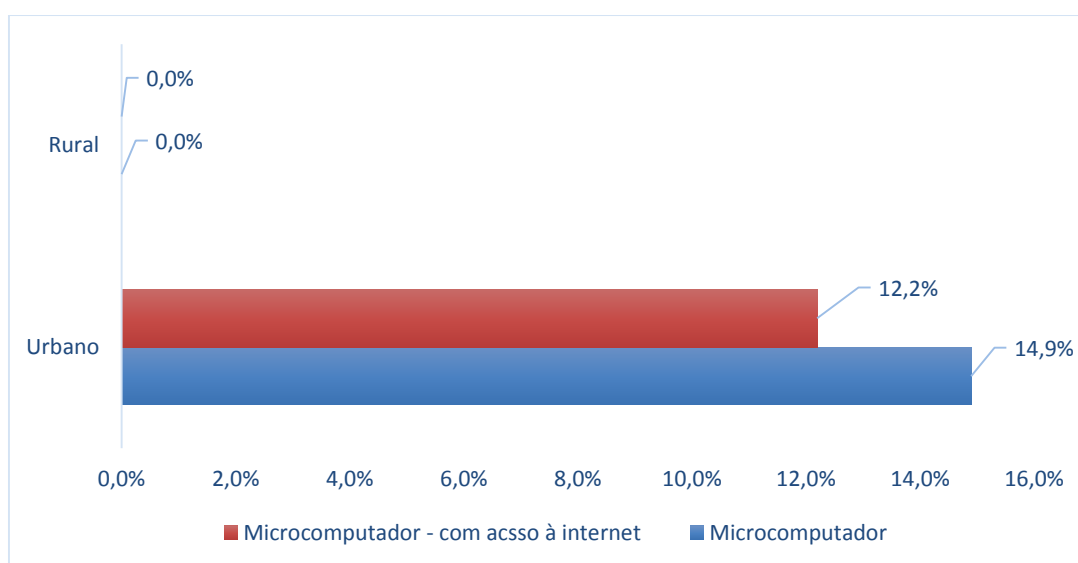
Quando volta-se o olhar para a atuação feminina no âmbito político apenas 22,2% dos integrantes da Câmara Municipal, em 2012 eram mulheres, número este que não se modificou em nenhuma das eleições ocorridas no município.

Outro dilema que os municípios brasileiros tem como objetivo é reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade infantil que compreende crianças de até 5 anos de idade, contudo Sertãozinho já superou esta meta alcançando 133,8%, em 2011, resultado este de uma redução da mortalidade infantil de 89,7% por meio de uma maior atenção as crianças através de prevenções e vacinações com o intuito de evitar problemas de saúde posteriores.

Seguindo a atenção voltada para mortalidade infantil tem-se uma atuação de melhorias na atenção da saúde das gestantes (meta de número cinco do ODM), que apresentou de 1998 a 2011, zero número de óbitos maternos. Este número é decorrente de ações voltadas para o esclarecimento e importância do pré-natal, que tem como intuito acompanhar tanto a saúde da mãe como também do bebê. Que neste município o percentual de crianças nascidas vivas por número de consulta pré-natal em 2001 foi de 27,6% para 86,2% em 2011. Quanto ao percentual de mães adolescentes presentes em Sertãozinho percebe-se que houve uma redução de 4,6% em 2001 para 3% em 2011.

No que tange a questão do combate à malária, a AIDS e outras doenças este município atendeu em partes as metas traçadas pelo ODM, pois quanto ao combate e reversão da propagação do HIV/AIDS, Sertãozinho, teve em 2011 uma taxa de incidência de zero casos para cada 100 mil habitantes e de mortalidade referente ao mesmo de zero para cada 100 mil habitantes. A segunda parte do sétimo ODM é o combate a doenças provocadas por mosquitos, logo entre os anos 2001 e 2011, houveram 247 casos, sendo em sua grande maioria provocados por dengue, assim fica evidente que no tocante a esta meta Sertãozinho não conseguiu combater e reverter este caso, sendo assim preciso uma maior atenção de políticas públicas para auxiliar no combate e na informação aos cidadãos.

Quanto ao tratamento e acesso a água potável este município apresentou melhoras significativas principalmente quanto ao acesso de esgoto tratado que compreende a rede geral ou fossa séptica, para os anos de 2000 e 2010, que passou de 20,9% para 71,2%, nas áreas urbanas. Resultado este que impactou no cumprimento da meta sete do ODM.



**Gráfico 24 - Sertãozinho: Percentual de moradores com acesso a microcomputador e internet - 2010**

Fonte: Portal ODM

Um fator que ainda é preocupante neste município está ligado ao acesso de tecnologia por meio da população local, principalmente ao que tange o acesso aos meios de comunicação. Em 2010, a proporção de moradores urbanos com acesso a microcomputadores era de 14,9%, enquanto que com acesso à internet tem-se um percentual de 12,2%. Contudo, na zona rural tem-se um percentual nulo tanto para o acesso a microcomputador quanto com o mesmo com acesso à internet.

Com isso, pode-se concluir que existe um elevado grau de desigualdade quanto ao acesso dos meios de comunicação quando analisa-se o acesso à internet e ao microcomputador, pois quanto ao acesso a telefonia celular a uma certa equiparação entre o meio urbano (82,7%) e o meio rural (81,3%), em 2010.

## 5 Conclusões

A partir do processo de descentralização fiscal estabelecido pela Constituição de 1988, os municípios brasileiros adquiriram autonomia quanto à condução de suas políticas públicas. Por outro lado, houve um aumento das transferências intergovernamentais para essas unidades da federação, que passaram a dispor de uma maior quantidade de recursos orçamentários e puderam ampliar as ações principalmente nas áreas sociais como educação, saúde, saneamento, assistência social, entre outros.

Apesar dos esforços contidos na Carta Magna para prover os municípios de maiores competências tributárias e administrativas, muitos destes não conseguiram efetivar políticas locais que pudessem melhorar a qualidade de vida de sua população. Nos anos 2000, o Brasil aderiu aos objetivos do desenvolvimento do milênio proposto pela ONU e passou a incentivar a municipalização destas metas. Diante disto, os municípios passaram a ser monitorados para que as oito metas fossem alcançadas até 2015, visando erradicação de problemas sociais ligados a fome e à miséria, educação, igualdade de sexo, mortalidade infantil, saúde das gestantes, AIDS, malária e do acesso as novas tecnologias mundiais.

Observou-se que a prefeitura de Sertãozinho, através de ações implementadas pela Secretaria de Saúde Municipal, tentou minimizar as distorções existentes na área de saúde pública e investiu na implantação de uma policlínica e de uma Unidade de Saúde da Família para atender a demanda local. Esses investimentos públicos tiveram impactos importantes e Sertãozinho passou a ocupar o primeiro lugar na microrregião de Guarabira quanto ao índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na área de saúde. Tais ações também repercutiram positivamente quanto a algumas metas do ODM. Houve melhoria da saúde das gestantes residentes naquela localidade.

No que se reporta a reversão e propagação da AIDS/HIV, este município atingiu a meta, pois entre os três últimos anos (2010, 2011 e 2012) não houve registros sobre a doença. No entanto, no que tange a reversão da propagação da malária e de outras doenças, Sertãozinho não conseguiu atingir a meta, pois para que a meta fosse alcançada era preciso ter reduzido ou mantido constante o número de casos transmitidos por mosquitos nos últimos anos. Logo, sugere-se que a administração local elabore políticas mais atuantes no combate a essas doenças, para que assim o município se desenvolva com uma melhor qualidade de vida.

O acesso ao ensino fundamental e médio melhorou, uma vez que houve declínio da distorção idade/série para os anos iniciais e finais de estudo e a qualificação dos professores municipais aumentou. A maioria dos profissionais de educação tinham nível superior. No

questo do acesso a novas tecnologias sugere-se uma parceria público-privada dentro deste município para que minimize o atraso tecnológico, assim como promova uma maior integração da população junto às novas tecnologias por meio de cursos profissionalizantes e técnicos. Outra medida que pode ser sugerida a administração local é a busca pela implementação de indústrias dentro da região, para solucionar o problema da frágil dinâmica local e consequentemente a precária geração de emprego e renda.

No que se refere a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, Sertãozinho apresenta-se com praticamente 100% de meta alcançada. Este resultado satisfatório está diretamente ligado a políticas públicas de atenção à saúde, educação e inserção da mulher no ambiente de trabalho, além da maior representação feminina no ambiente político, como é o caso da prefeitura da cidade que está, atualmente, sendo administrada por uma mulher.

Sertãozinho teve sucesso quanto as metas preestabelecidas para acesso água potável segura com não obteve o alcance de meta, mas quando voltasse o olhar para redução da metade da proporção da população sem acesso a saneamento e serviços essenciais este município apresentou um alcance de 100%. Quanto ao estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento, verificou-se que é preciso uma maior atenção por parte da administração pública local para estimular o acesso às novas tecnologias assim como uma capacitação dos jovens e adultos residentes por meio de cursos profissionalizantes e técnicos de modo a inseri-los nas tecnologias atuais.

Percebeu-se que o município de Sertãozinho acompanhou a tendência brasileira de uma maior expansão da população adulta e urbana, seguindo o processo denotado de pirâmide etária reversa. Na área de educação verificou-se que ainda é preciso maior investimento para que toda a população se alfabetize e que todas as crianças e jovens tenham acesso à educação de qualidade. No que se reportam as políticas de saúde, ainda são necessárias políticas públicas mais atuantes principalmente em prol da mulher e do idoso.

Os resultados do estudo demonstraram que Sertãozinho, não diferente da realidade dos pequenos municípios paraibanos, apresenta uma dinâmica econômica voltada para a atividade do setor de serviços e com baixo efeito difusor para a economia local. Nas finanças públicas municipais, foi possível observar que Sertãozinho obteve superávits primários em todo o período analisado, sendo que parte deste resultado foi proveniente de transferências de tributos federais, pois o mesmo possui uma baixa capacidade de geração de receita própria evidenciando sua dependência das esferas governamentais superiores.

Na área de emprego e renda, notou-se que este município ficou em uma posição inferior aos valores observados para João Pessoa e consequentemente para a Paraíba, uma justificativa

para tal é a falta de indústrias mais dinâmicas que impactem diretamente no desempenho da renda local e do mercado de trabalho.

Conclui-se que houve um certo empenho municipal em atender as metas do ODM e que algumas como a redução da mortalidade infantil e melhoria na saúde das gestantes foram alcançados com primazia, mas também é necessário o mesmo comprometimento para a erradicação da pobreza e da desigualdade social para que, assim, os objetivos definidos em 2000 sejam plenamente alcançados até 2015.



## Referências

ABRUCIO, F. L; COUTO, C.G. A redefinição do papel do estado no âmbito local. **São Paulo em perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRUCIO, F. L; FRANZESE, C. **Federalismo e políticas públicas**: o impacto nas relações intergovernamentais no Brasil. Disponível em: <  
[http://www.defesasocial.rn.gov.br/content/aplicacao/searh\\_escola/arquivos/pdf/paper-federalismo-fernando-abrucio.pdf](http://www.defesasocial.rn.gov.br/content/aplicacao/searh_escola/arquivos/pdf/paper-federalismo-fernando-abrucio.pdf)>. Acesso em: 25 Nov. 2013.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 111-141, jun. 1999.

**FIRJAN**. 2014. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em: 13 Mar. 2014.

**FIRJAN**. 2014. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifgf/>>. Acesso em: 13 Mar. 2014.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife, Fundai/Massangana. 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE: banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em: <  
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 17 Ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE: banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <  
<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados/>>. Acesso em: 17 Ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE-CIDADES: banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2013. Disponível em: <  
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=251593&search=paraiba|sertaozinho>>. Acesso em: 17 Ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE: banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/>>. Acesso em: 17 Ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **IBGE**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 13 Mar. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE-ESTADOS: banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estados**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb>>. Acesso em: 17 Ago. 2013.

IVO, A. B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/Ago. 2012.

JANNUZI, P. M. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. Versão Digital.

GOOGLE. **MAPS**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 15 Abr. 2014.

GREMAUD, A. P. et al: PINHO, D. B, VASCONCELOS, M. A. S. de. **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 274.

**NÓS PODEMOS**. 2013. Disponível em: <<http://www.nospodemos.org.br/o-movimento>>. Acesso em: 07 Dez. 2013.

**NÓS PODEMOS PARAÍBA**. 2014. Disponível em: <<http://www.nospodemosparaiba.org.br/noticias.php?id=278&pagina=1>>. Acesso em: 19 Ago. 2014.

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO:** Relatório Nacional de Acompanhamento. Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: IPEA: MP, SPI, 2010.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma religião**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **ONU – BR**. 2013. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-desenvolvimento/>>. Acesso em: 07 Dez. 2013.

**PORTAL FNDE**. 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-historico>>. Acesso em: 13 Mar. 2014.

**PORTAL ODM**. 2013. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em: 07 Dez. 2013.

**RECEITAS E DESPESAS**. Disponível em: <[http://www.linhares.es.gov.br/PGP/Downloads/Modulo\\_IV\\_Receitas\\_Despesas\\_Publicas.pdf](http://www.linhares.es.gov.br/PGP/Downloads/Modulo_IV_Receitas_Despesas_Publicas.pdf)>. Acesso em: 13 Mar. 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

STIGLITZ, J. E. **Em busca de um novo paradigma para o desenvolvimento**: estratégias, políticas e processos, Genebra, 1998.

TESOURO NACIONAL: Banco de dados do Tesouro Nacional. **Transferências Constitucionais**. Disponível em: <[http://www3.tesouro.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais\\_novosite.asp](http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais_novosite.asp)>. Acesso em: 15 Jun. 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, TCU. **Transferências Constitucionais**. Brasília: TCU, Secretária de Macro avaliação Governamental, 2008. p. 14-17.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **AATR-BA - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia**, p. 1-11, 2002.

**ANEXOS**

**Figura 6 – Município de Sertãozinho: Encontro Institucional com a Prefeita**

Fonte: Arquivo pessoal. Pesquisa de campo (2013)



**Figura 7 – Município de Sertãozinho: Comércio Local**

Fonte: Arquivo pessoal. Pesquisa de campo (2013)



**Figura 8 – Município de Sertãozinho: Unidade de Saúde Familiar**

Fonte: Arquivo pessoal. Pesquisa de campo (2013)